

DIÁLOGO GLOBAL 2.2

Negociando a Islamofobia

Catherine Delcroix

O Novo Populismo Islâmico

Vedi R. Hadiz

Quem culpar pelas negociações estagnadas sobre mudança climática?

Herbert Docena

Debate: Sociologia em um mundo desigual

Piotr Sztompka,
Tina Uys,
Nikita Pokrovsky,
Fernanda Beigel,
Helga Nowotny

- > Quais as possibilidades para o Trabalho Global?
- > Uma sociedade civil popular em Israel
- > Chechênia: Onde o fim da guerra não significa paz
- > ALAS: Declaração Final
- > AES: Sociologia para Tempos Turbulentos
- > ISRB: Adeus, Devorah – Olá, Mohammed

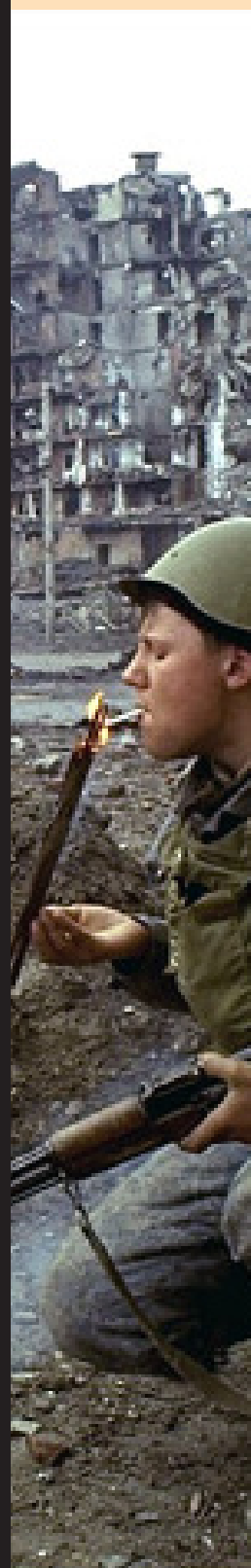
NEWSLETTER



VOLUME 2 / EDIÇÃO 2 / NOVEMBRO 2011

DGN

International
Sociological
Association



> Editorial

Uma das tarefas importantes da sociologia é para combater os estereótipos populares e distorções políticas, não menos importantes, aqueles retratando o lugar do Islã no mundo de hoje. Assim, nesta edição da *Diálogo Global*, Catherine Delcroix analisa a forma como os muçulmanos na Europa respondem à islamofobia, enquanto Vedi Hadiz examina como o Populismo Islâmico mobiliza os muçulmanos na Indonésia e no Egito atrás de ideologias de mercado, seguindo o modelo do Partido Justiça e Desenvolvimento, agora dominante na Turquia.

Herbert Docena mostra como mercados e moralidade também são entrelaçados em negociações sobre mudança climática enquanto o Norte nega a culpa por séculos de emissões, e o Sul se recusa a fazer sacrifícios para combater as condições que eles não criaram. Aqui o mercado entra como um árbitro supostamente neutro, enquanto em outros casos a sua destrutividade é transparente. Assim, Rob Lambert escreve sobre as possibilidades de contestar o neoliberalismo através da solidariedade internacional de trabalho com base no Hemisfério Sul, enquanto Devorah Kalekin descreve os protestos anti-austeridade em Israel do último verão.

O fundamentalismo de mercado foi também o foco de duas falas principais, publicadas aqui, para as reuniões de setembro da Associação Europeia de Sociologia e da Associação Latino-americana de Sociologia. Elas contribuem para a sociologia em um mundo desigual - o tema do Congresso Mundial de Sociologia em Yokohama de 2014 - como o faz, a partir de outra perspectiva, Piotr Sztompka, cujas dez teses levaram a quatro respostas divergentes. O debate não é novo mas é revigorado pela consciência elevada sobre desigualdades globais.

Nossa coluna de direitos humanos descreve os horrores da pax-Russiana na Chechênia, enquanto a nossa coluna da história homenageia Devorah Kalekin, dedicada editora da *International Sociology Review of Books*, que ela começou em 2006. Finalmente, eu gostaria de saudar a equipe de sociólogos de Varsóvia, que irá produzir a *Diálogo Global* em polonês, a nossa 12ª língua e a equipe de Bogotá, que assumirá a tradução espanhola.

A *Diálogo Global* pode ser acessada pelo [Facebook](#), e pelo [website da ISA](#). Submissões devem ser enviadas a Michael Burawoy: burawoy@berkeley.edu



> Nesta Edição

Editorial	2
> ISLÃ	
Negociando a Islamofobia: Saída, Voz e Lealdade Por Catherine Delcroix, França	3
O Novo Populismo Islâmico Por Vedi R. Hadiz, Austrália	6
> PROTESTO SOCIAL	
Culpar quem? Tempos de tormenta em negociações sobre mudanças climáticas Por Herbert Docena, Filipinas	8
Quais as possibilidades para o Trabalho Global? Por Robert Lambert, Austrália	10
Auto-descoberta: A sociedade civil popular em Israel Por Devorah Kalekin-Fishman, Israel	12
DEBATE: SOCIOLOGIA EM UM MUNDO DESIGUAL	
Dez teses sobre o estatuto da sociologia em um mundo desigual Por Piotr Sztompka, Polônia	14
Excelência e Equilíbrio: Produzindo uma Sociologia que Importa Por Tina Uys, África do Sul	16
"Recusa de internação pelo paciente" ou "Em defesa da sociologia" Por Nikita Pokrovsky, Rússia	18
Dependência acadêmica Por Fernanda Beigel, Argentina	19
Produzir sociologia no mundo desigual de hoje Por Helga Nowotny, Áustria	21
> COLUNAS ESPECIAIS	
Direitos Humanos: Quando o fim da guerra não significa paz Por Alice Szczepanikova, Alemanha	23
Declaração Final: Associação Latino-Americana de Sociologia Por Raquel Sosa Elízaga, México	25
Sociologia para Tempos Turbulentos Falando para a Associação Europeia de Sociologia Por Anália Torres, Portugal	27
Editores da ISA: Adeus, Devorah – Olá, Mohammed Entrevista feita por Jennifer Platt, Inglaterra	29

> Corpo Editorial

– **Editor:** Michael Burawoy. – **Editores Executivos:** Lola Busuttil, August Bagà. – **Editores Associados:** Margaret Abraham, Tina Uys, Raquel Sosa, Jennifer Platt, Robert Van Krieken. – **Conselho Editorial:** Izabela Barlinska, Louis Chauvel, Dilek Cindoglu, Tom Dwyer, Jan Fritz, Sari Hanafi, Jaime Jiménez, Habibul Khondker, Simon Mapadimeng, Ishwar Modi, Nikita Pokrovsky, Emma Porio, Yoshimichi Sato, Vineeta Sinha, Benjamin Tejerina, Chin-Chun Yi, Elena Zdravomyslova. – **EDITORES REGIONAIS – Mundo Árabe:** Sari Hanafi, Mounir Saidani. **Brasil:** Gustavo Taniguti, Juliana Tonche, Pedro Mancini, Fabio Silva Tsunoda, Dmitri Cerboncini Fernandes, Andreza Galli, Renata Barreto Preturlan. **Colômbia:** María José Álvarez Rivadulla, Sebastián Villamizar Santamaría, Andrés Castro Araújo. **Índia:** Ishwar Modi, Rajiv Gupta, Rashmi Jain, Uday Singh. **Irã:** Reyhaneh Javadi, Shahradd Shahvand, Zeinab Nesar, Fatemeh Khorasani, Najmeh Taheri, Saghar Bozorgi, Tara Asgari Laleh. **Japão:** Kazuhisa Nishihara, Mari Shiba, Yoshiya Shiotani, Kousuke Himeno, Tomohiro Takami, Nanako Hayami, Yutaka Iwadate, Kazuhiro Ikeda, Yu Fukuda. **Polónia:** Mikolaj Mierzejewski, Anna Piekutowska, Karolina Mikolajewska, Jakub Rozenbaum, Tomasz Piątek, Michał Chelmiński. **Rússia:** Elena Zdravomyslova, Elena Nikoforova, Asja Voronkova. **Espanha:** Gisela Redondo. **Taiwan:** Jing-Mao Ho. – **Consultores de mídia:** Annie Lin, José Reguera.

> Negociando a Islamofobia: Saída, Voz e Lealdade

Por Catherine Delcroix, Universidade de Estrasburgo, França



Arte de rua mostrando mulheres muçulmanas, ambas vestindo a burca e cidadãos franceses comprometidos.

Argélia, uma imagem pré-concebida negativa era utilizada para privar os colonizados da posse de seus direitos civis e de propriedade: de acordo com o *décret Crémieux* (1870), eles poderiam tornar-se cidadãos franceses e recuperar seus direitos de cidadão, contanto que rejeitassem a fé islâmica – o que, é claro, muitos poucos fizeram. Se eles não o fizessem, perdiam seus direitos e liberdades e, então, tornavam-se presas fáceis para os colonizadores.

As guerras por independência mudaram o jogo na Norte da África e em todos os outros lugares. Assim como paquistaneses, bengaleses e indianos na Grã Bretanha, ou indonésios, marroquinos e turcos na Holanda e na Bélgica, também argelinos, marroquinos e tunisinos na França foram inicialmente definidos como força (temporária) de trabalho – “operários convidados”, como eram chamados em países vizinhos. Obtiveram autorização para levar suas esposas e filhos; mas

A islamofobia está em ascensão na Europa já há algum tempo. Mesmo recentemente, estive em Bruxelas, participando de uma oficina científica de sociólogos vindos de vários países europeus – todos pesquisando sobre cidadania na Europa. Um célebre membro do Parlamento Europeu, que ajudou a esboçar a Constituição Européia, declarou: “Nós, europeus, não podemos aceitar que o Islã, que é uma religião *violenta*, coloque em causa nossa identidade européia, que é *cristã*. Imigrantes muçulmanos e seus filhos devem abandonar seus sistemas de valor e crenças religiosas

se almejarem permanecer na Europa e serem reconhecidos como europeus”. A maioria de nós ficou profundamente chocada! Um colega do mesmo país desse político perguntou-lhe: “Você acha que sua posição é compatível com o respeito pelo direito das minorias, que é crucial à democracia”? Esse homem respondeu: “A manutenção da *ordem européia* é a mais importante *prioridade*. É mais importante que o respeito pelo direito de minorias, e até mesmo mais importante que a democracia”.

A islamofobia é, na verdade, muito antiga. Na colônia francesa da

>>

a dimensão classista esteve sempre presente, embora adquira, agora, uma dimensão “étnica” (“cor de pele” vermelha). Recentemente, seus filhos e netos reivindicam total cidadania européia, mas devem combater o estigma ligado à sua “religião” ou à sua “origem”,

Confrontados com um racismo generalizado e com a islamofobia, como reagem os muçulmanos europeus (franceses)? Ninguém conhece a resposta verdadeira; somente por uma série de estudos de campo poderíamos obter uma resposta aproximada. Pelos últimos 20 anos, estive empreendendo estudos de caso em profundidade sobre famílias islâmicas imigrantes que vivem na França, focando, em particular, em como famílias de classe operária, originárias de Magrebe, educam seus filhos para enfrentar a discriminação. Utilizei uma abordagem metodológica baseada na reconstrução de histórias familiares, obtidas por relatos de histórias de vida de vários membros de cada família: pais e filhos. Repeti esses estudos de caso em diversas regiões e cidades da França.

Até agora, ninguém ofereceu um quadro capaz de prover um relato detalhado das reações dos discriminados à sua discriminação, para incluir tanto judeus europeus, defrontando-se com o antissemitismo nos anos 1920, quanto muçulmanos no momento presente. Visando esse fim, me apropriei da famosa tipologia de Albert Hirschman: “saída”, “voz” e “lealdade”. Hirschman, um economista, considerava o alcance das reações individuais daqueles que se confrontam uma burocracia estatal disfuncional; por exemplo, um monopólio ferroviário do Estado que é mal gerenciado. Hirschman argumentou que todas as reações a essa situação caíram em alguma das três categorias – saída, voz ou lealdade. Os usuários podem tanto continuar aceitando o alto custo das viagens ferroviárias (lealdade),

protestar com reclamações (voz), ou locomoverem-se de carro e se esquecerem das ferrovias (saída).

Ocorre que essa tipologia funciona muito bem quando aplicada às reações de pessoas confrontadas com o racismo: elas podem tanto protestar (voz), o que relativamente poucos judeus fizeram nos anos 1930 e poucos muçulmanos fazem nos dias de hoje. Eles podem permanecer passivos e torcer para que a tempestade diminua, como fizeram tantos judeus integrados na Alemanha ou na França. Isso é a “lealdade”, que nesse caso terminou de modo trágico. Ou eles podem decidir deixar o país – isso é a “saída”.

> Saída

Vamos começar com a “saída”. Na França, um número crescente de jovens que não conseguem ingressar em um primeiro emprego tenta a sorte em Montreal. O Canadá ainda aceita novos imigrantes se eles forem habilitados. A maioria deles vivenciou a mesma epifania, que já foi expressa da forma que segue: “Na França, eu não podia encontrar um trabalho por conta do meu nome árabe, o nome de meu pai, que emigrou de Marrocos. Em Montreal, eu subitamente deixei de ser visto como um árabe. Para os canadenses eu era um francês, apenas um francês. E então me questionaram sobre minhas habilidades... isso foi tão agradável. Eu quis tanto isso na França: ser como todos os outros, um francês. Eu tentei tanto, fiz tantos esforços, mas as pessoas sempre apareciam com as mesmas questões sobre minhas ‘origens’ ou religião”.

Então, evitar o racismo com a emigração é uma boa solução. De forma semelhante, jovens franceses migram para a Austrália ou países do Golfo Árabe. Nem todos, porém, têm acesso a essas possibilidades, e existem outras formas, menos felizes, de “saída”. É bem sabido que o racismo pode prejudicar o *self*, a autopercepção e a autoconfiança,

especialmente entre indivíduos que são mais isolados e menos resilientes. Alguns podem recorrer a drogas ou até ao suicídio, que também são formas de “saída”.

> Voz

“Voz”, em contraste, segue uma direção oposta. “Voz” significa protesto contra a ordem social injusta que está te discriminando. Pode ser expressa individual ou coletivamente. “Voz” exige reconhecimento, é uma luta por reconhecimento: “Ei, sociedade! Sou um de seus membros. Reconheça-me enquanto tal! E também reconheça meus direitos de minoria! Faça valer seus proclamados ideais!”

Na França, há muitos exemplos de “voz” entre grupos discriminados, alguns formais e organizados, outros informais e de curta duração - como os distúrbios nos *banlieues*, em novembro de 2005, acionados pela morte de um jovem que tentava escapar da polícia. Em oposição à “saída”, o protesto contra a violência policial, demandando que “a França” faça valer seus ideais de ‘Liberté, Égalité, Fraternité’, não significa a rejeição da sociedade francesa, como tantas pessoas acreditam. Muito pelo contrário. Significa que o discriminado ainda acredita na capacidade de a sociedade reformar a si própria.

Das três principais formas de resposta ao racismo, a “voz” é aquela que abre a possibilidade de deslocamento da resposta individual para um tipo coletivo - deslocamento de micro-processos para as escalas local, regional, ou até nacional. Mas esse caminho não é fácil, pois a ordem social sempre reage, e nem sempre pela repressão. É mais sutil que isso; suas armas mais freqüentes são do tipo discursivo – modos sutis de distorcer os fatos e as intenções de seus oponentes.

Deixem-se tomar o exemplo do véu islâmico. Por que é que garotas e jovens mulheres francesas, nascidas de pais muçulmanos, decidem vestir

o lenço? É por conta da pressão de fundamentalistas? Quando sociólogos entrevistaram garotas do ensino médio que vestiam o véu, descobriram que não era isso que ocorria. A maioria dessas garotas declarou que elas decidiram vestir o véu por si mesmas; frequentemente *contra* a vontade de seus pais. Inicialmente, ninguém acreditou nelas, todos pensaram que estavam mentindo. Mas, eventualmente, tornou-se claro que elas estavam, na verdade, contando a verdade. Também disseram que sua atitude não significava, de modo algum, que elas se sentiam menos francesas.

A melhor interpretação do fenômeno do “véu” foi proporcionada por Houria Boutelja, que apontou para a *situação contraditória* das mulheres muçulmanas francesas da segunda geração. De um lado, existe o peso do racismo contra árabes, a islamofobia crescente e a discriminação no mercado de trabalho. Mas a pressão é muito mais forte sobre seus irmãos homens do que sobre essas jovens mulheres, para quem a sociedade “branca” envia a mensagem: “Deixe o lugar onde você cresceu; escape da autoridade de seu pai e irmãos; deixe-os para trás. Dê as costas para o passado, venha e se uma à sociedade aberta francesa”.

Trata-se de uma tentação e tanto para essas garotas, diz Houria Boutelja – a tentação da liberdade. Porque, de fato, ainda existem traços de cultura patriarcal, normas e proibições em muitas famílias migrantes de Magrebe. Mas significaria uma traição à família e à comunidade. Isso é uma armadilha, diz Houria Boutelja, mas para essa armadilha encontraram uma solução, que é o véu. Vestindo-o, essas jovens mulheres estão falando à sociedade francesa com uma “voz” silenciosa: “Não, nós *não* trairemos nossos pais e nossa comunidade. Vocês maltrataram-lhes, primeiramente como trabalhadores convidados, e agora como muçulmanos; nós permaneceremos, definitivamente,

do lado deles!”

Mas, *ao mesmo tempo*, diz Houria Boutelja, o lenço também envia uma mensagem aos homens da comunidade das jovens: a seus pais, irmãos e primos. E essa mensagem é: “Olha, nós não traímos vocês, nós apoiamos vocês; nós rejeitamos a oferta ‘deles’, ok? Agora, por favor, deixe-nos livres para seguirmos nosso próprio caminho. Não iremos nos comportar mal; mas nós queremos ser livres para estudar; preferimos permanecer solteiras a estarmos casadas com alguém que não conhecemos; queremos nos preparar para a vida profissional”. Isso não é “saída”; também não é “lealdade” (da perspectiva da sociedade francesa); na verdade, é um caso claro de “voz”, mas de um tipo sofisticado.

> Lealdade

O que significa, então, “lealdade”? É difícil ser leal a uma sociedade que o rejeita porque você é visto como radicalmente diferente. No entanto, essa atitude de lealdade com respeito a uma sociedade racista prevalece entre a primeira geração de imigrantes, apesar da Guerra de Independência da Argélia. Desse modo, uma pesquisa nacional, conduzida por Claudine Attias-Donfut em 2005, sobre imigrantes idosos de todas as origens na França, mostrou que mais de 90% alegam sentirem-se em casa nesse país.

Além disso, eu mesmo testemunhei muitos pais imigrantes tentando convencer seus filhos a não revidarem quando confrontados com comentários depreciativos. Tratava-se de uma estratégia de ensinar paciência às suas crianças, de modo a aumentar suas chances de sucesso. Os jovens da segunda geração, entretanto, possuem um conceito mais transnacional de lealdade: eles acreditam em valores da República Francesa e se definem como cidadãos europeus. Seus sentimentos de pertença estão frequentemente conectados ao fato de possuírem

parentes em outros países europeus. Acreditam na democracia europeia e na proteção aos direitos de minorias.

Pertencer ou não pertencer, essa é a questão, mas é preciso dois para pertencer. A islamofobia é o oposto do reconhecimento necessário para pertencer e sentir que se pertence. Permitam-me concluir com aquilo que Floya Anthias diz sobre pertencimento: “Pertencimento diz respeito a *experiências* formais e informais. Pertencimento não diz apenas respeito à filiação, direitos e deveres, como no caso da cidadania, ou a somente formas de identificação a grupos ou a outros, mas também diz respeito a lugares sociais construídos por identificações e filiações dessa espécie, e a formas pelas quais o lugar social afeta a estabilidade do self, os sentimentos de fazer parte de um todo mais amplo, e os laços emocionais e sociais ligados a esses locais”.

Esse é o coração da questão. Creio que, como sociólogos, possuímos os meios – por exemplo, pela coleta de estudos de caso, pela busca de exemplos vívidos trazidos por histórias de vida – para alterar o senso comum europeu, cessando o tratamento de muçulmanos europeus como bodes expiatórios; e, ao invés disso, passando a considerá-los como parte de nós. ■

Referências

- Anthias, F. (2002) “Thinking through the lens of Transnational Positionality,” www.imrstr.dcu.ie [4:1].
- Attias-Donfut, C. (2006) *L'enracinement. Enquête sur le vieillissement des immigrés en France*. Paris: Armand Colin.
- Boutelja, H. (2006) “On vous a tant aimé-es.” Entretien réalisé par Christelle Hamel et Christine Delphy. *Nouvelles Questions Féministes* 25(1).
- Delcroix, C. (2009) “Muslim Families in France: Creative Parenting, Identity and Recognition.” *Oral History* 37(2).
- Hirschman, A. (1972) *Exit, Voice and Loyalty: Responses to Decline in Firms, Organizations and States*. Cambridge: Harvard University Press.

> O Novo Populismo Islâmico

Por Vedi R. Hadiz, Universidade de Murdoch, Austrália



Recep Tayyip Erdogan, carismático primeiro-ministro da Turquia, assegura o apoio popular para sua amálgama do Islã e do neoliberalismo.

Uma das características mais notáveis dos recentes Levantes Árabes é que os movimentos de oposição islâmicos não têm estado à frente deles. O fato de que estes não tiveram um papel de liderança é interessante, dado que os grupos islâmicos, desde o desaparecimento da maioria da esquerda nas sociedades muçulmanas durante a Guerra Fria, têm sido a fonte mais proeminente de dissidência contra uma série de regimes autoritários, especialmente no Norte da África e no Oriente Médio. Contudo, em países como a Tunísia e o Egito, veículos como o *An Nahda* e a Irmandade Muçulmana, respectivamente, podem trazer resultados positivos nos novos ambientes pós-autoritários. Isto levou a um grau de alarmismo e exagero islamofóbico em setores da mídia

ocidental.

Cavando mais fundo, vemos que as políticas islâmicas têm frequentemente sido transformadas por aquilo o que podemos descrever como o Novo Populismo Islâmico. Se a antiga forma tinha como premissa os interesses de uma pequena burguesia tradicional decadente, composta por comerciantes urbanos, pequenos produtores e elites rurais, o novo populismo Islâmico é constituído por uma aliança de elementos altamente díspares: setores marginalizados da burguesia, ambiciosos e escolarizados membros da nova classe média urbana ainda situados nos degraus mais baixos da hierarquia social, assim como as crescentes massas de pobres urbanos que nas últimas décadas têm sido marginalizadas em caóticas

e extensas megacidades como Cairo, Istanbul e Jacarta – buscando educação, emprego e a promessa de uma vida melhor. Em ambas essas formas, entretanto, o *ummah* é concebido como uma espécie de acordo para a “população” – um conceito que é parte integrante de todas as imaginações populistas, e que põe lado a lado as moralmente virtuosas mas marginalizadas massas e a voraz e predatória elite.

O efeito desta transformação em organizações como a Irmandade Muçulmana – que apesar de suas contradições internas ainda é a melhor força organizada da sociedade civil no Egito – tem sido profundas. De fato, as ramificações do Novo Populismo já se tornaram evidentes na ascensão ao poder do Partido de Justiça e Desenvolvimento

>>

da Turquia (AKP) em 2002, e para a qual os líderes do Partido da Liberdade e Justiça do Egito – o veículo eleitoral recém-gerado da Irmandade Muçulmana – parece estar procurando por um modelo. Mesmo tão longe como no Sudeste Asiático, o Partido da Justiça e Prosperidade da Indonésia (PKS) – o mais bem sucedido de uma série de partidos de orientação islâmica – tem por muitos anos encontrado inspiração nos sucessos da AKP que, recentemente, venceu a sua terceira eleição geral direta de forma convincente. Apesar de abraçar a democracia, é sabido que a AKP ingenuamente enxertou uma reforma econômica neoliberal em preocupações de justiça social tradicionais do populismo islâmico.

A experiência da AKP não pode ser considerada a partir do efeito inerente de sua participação na democracia eleitoral como alguns sugeriram. Mais importante é a percepção de que o objetivo de promover a posição social, econômica e política da *ummah* não necessariamente requer um Estado islâmico ou um que é rigidamente regulada pela *Sharia*. Isso pode ser conseguido pelo reposicionamento favorável da *ummah* e seus veículos políticos e organizacionais na relação ao Estado existente e ao mercado.

Apesar da base de apoio entre os pobres urbanos e de uma liderança fortemente derivada de membros ambiciosos da classe média escolarizada urbana, uma das razões mais importantes para o sucesso da AKP foi o apoio da chamada burguesia Anatoliana. Esta é composta

por empresários culturalmente muçulmanos que haviam sido relativamente marginalizados por um governo kemalista burocrática e politicamente secular que favoreceu a grande burguesia de Istanbul. Importante, a mais provincialmente enraizada burguesia Anatoliana havia crescido em termos de riqueza e força desde que a Turquia adotou uma estratégia mais orientada para a exportação para o mercado econômico global na década de 1980. No caso turco, é claro, continua a ser inconstitucional agitar em direção a um Estado islâmico e a AKP não pode mesmo se identificar abertamente como um partido islâmico, apesar de ter crescido além dos grupos e redes de orientação islâmica longamente estabelecidos. Contudo, isto não tem provado ser um obstáculo para o desenvolvimento de alianças entre classes que sucessivamente têm ganhado e obtido controle do governo na busca por políticas que melhorem a posição da *ummah*, definida em oposição às elites seculares acusadas de má administração, práticas autoritárias, assim como distanciamento cultural.

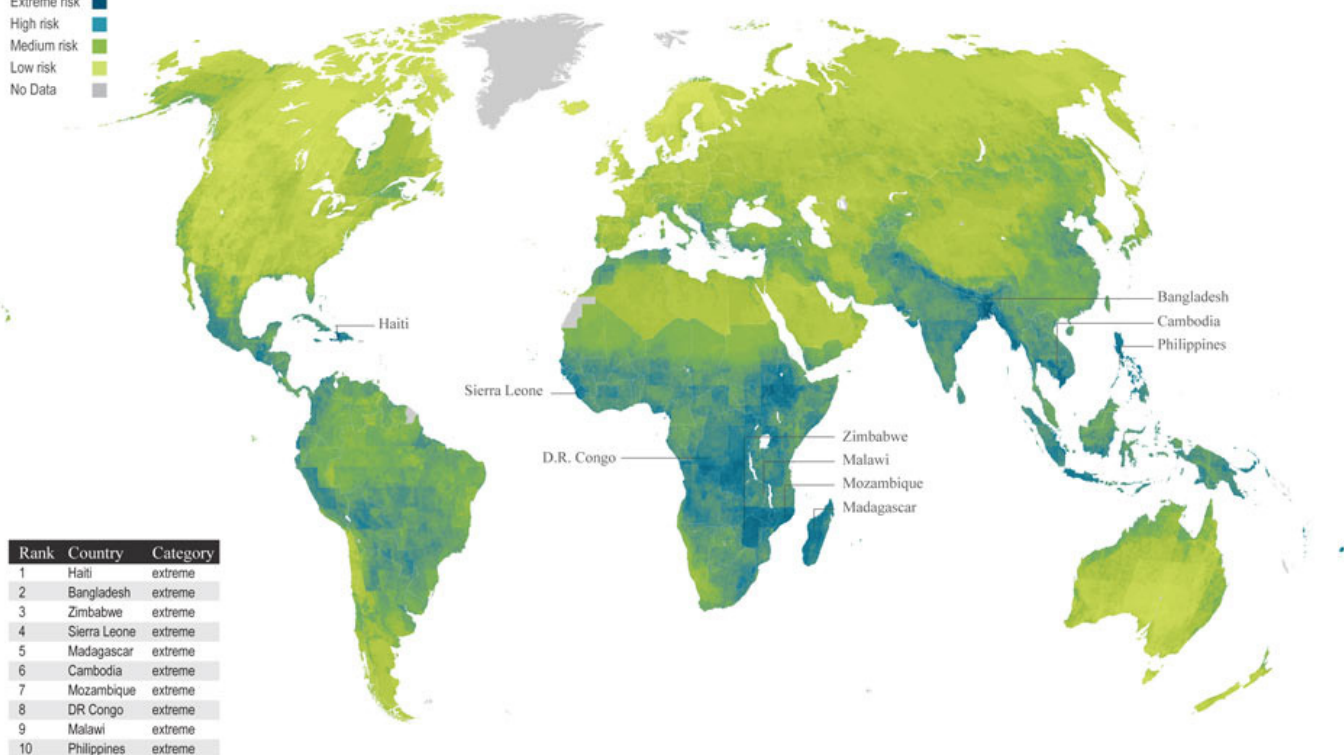
A situação no Egito é, evidentemente, muito fluida para sugerir que a Irmandade Muçulmana será bem sucedida – na verdade ela teve de suavizar consideravelmente o seu papel no ambiente egípcio pós-autoritário para que ela não fosse considerada como tendo sequestrado o levante egípcio. No entanto, a Irmandade Muçulmana

foi transformada internamente desde os dias de Hasan Al Banna ou Sayyid Qutb. Isto, também, pode contar com uma forte base de apoio de setores da classe média urbana jovem e, certamente, grande parte dos pobres urbanos, dada a relativa desorganização das forças esquerdistas e liberais. Além disso, um dos principais pilares da Irmandade Muçulmana tem sido as empresas, grandes e pequenas, que haviam apoiado anteriormente as suas incursões semi-clandestinas na política eleitoral e, como resultado, ela havia sido condenada ao ostracismo pelo regime de Mubarak. A Irmandade Muçulmana também vê a democracia como uma ferramenta útil para apoderar-se das posições dos comparsas de Mubarak nos altos comandos da economia.

Mas o Novo Populismo Islâmico não está sempre tão perto do sucesso. Se o seu principal representante na Indonésia é a PKS, é claro que o partido está longe de estar em qualquer posição para obter poder. Isto em si é interessante porque uma fonte de sua fraqueza – em comparação com seus equivalentes turcos ou egípcios – é a ausência de uma forte cultura grande-burguesa muçulmana, devido ao domínio contínuo do elemento de etnia chinesa no seio da burguesia indonésia.

Bem sucedida ou não, a ascensão do Novo Populismo Islâmico tem implicações importantes para desafiar os estereótipos dos objetivos, estratégias e veículos da política islâmica no mundo moderno. ■

Extreme risk
High risk
Medium risk
Low risk
No Data



Vulnerabilidade das mudanças climáticas. Áreas verde-claro são as áreas menos vulneráveis; azul escuro as mais vulneráveis. Países do Norte têm as maiores emissões de CO₂ per capita, mas são os menos afetados pela mudança climática, enquanto os países do Sul, com o mínimo de emissões de CO₂, serão os mais afetados. Cortesia de Maplecroft.

> Culpar quem? Tempos de tormenta em negociações sobre mudanças

Por Herbert Docena, Focus on the Global South (ONG), Manila e Universidade da Califórnia, Berkeley

Em dezembro, milhares de autoridades, ativistas, lobistas, e talvez até mesmo alguns famosos voarão para Durban para a 17ª Conferência da Convenção Quadro das Nações Unidas Sobre Mudanças do Clima (UNFCCC). Em junho próximo, muitos voltarão a voar pra o Rio para o marco de duas décadas desde a assinatura da UNFCCC e outros acordos ambientais. Vinte anos se passaram desde o que muitos agora concordam que foram as mais complexas – e talvez aquelas com mais consequências – negociações

intergovernamentais na história, mas o que foi alcançado?

Enquanto escrevo, em Bulacan, Filipinas, centenas estão passando outra tempestuosa noite em seus telhados, famintos e esperando resgate devido ao aumento do nível da água desencadeado pelo último super-tufão; eles aguardam porque, numa vila de milhares, existem apenas dois barcos para irem de casa em casa. Isto somente alguns dias *depois* de o país fazer uma pausa para lembrar o aniversário do pior tufão na memória recente – e um dia *antes* de mais um

tufão ser identificado a atingir a costa.

Duas décadas desde que governos pela primeira vez acordaram em reduzir emissões, tempestades estão ficando cada vez mais fortes e mais frequentes, enquanto secas estão se tornando mais severas – como a ciência do clima previu. De acordo com um relatório divulgado em maio passado pela Agência Internacional de Energia, as emissões de carbono do ano passado foram realmente as maiores da história. Por que, apesar dos acordos, as emissões que são responsabilizadas pelo que o filósofo Peter Singer chama

>>

de “novas formas bizarras de matar” continuam crescendo?

Fui a Bonn para observar as negociações sobre o clima em junho passado e fiquei impressionado com o que estava sendo debatido: a variante de “promessa e revisão”, uma proposta em que cada país seria essencialmente deixado para decidir por si mesmo como quer agir. Sem metas obrigatórias, sem promessas. Em outra sala, a Bolívia estava propondo um imposto global para financiar os esforços para lidar com os desastres das mudanças climáticas. Fiquei surpreso porque, tendo acabado de sair de um curso intensivo na história inicial das negociações, eu sabia que ambas as propostas tinham sido apresentadas – e descartadas – no início dos anos 90 e, ainda assim, lá estavam elas, de volta a mesa. Eu vim para Bonn, em parte, para me familiarizar com os recentes desenvolvimentos das negociações apenas para descobrir que elas estão de volta de onde começaram. Por que as negociações estão emperradas?

Depois de entrevistar mais de vinte pessoas que estiveram intimamente envolvidas nas negociações pelo mundo, e depois debruçar-me sobre centenas de páginas de documentos de negociações, parte da resposta pode bem ser porque os dois principais blocos – o Norte e o Sul – ainda não resolveram satisfatoriamente a mais básica mas, talvez a mais fundamental, questão nas negociações: *quem culpar?*

De fato, sob debates cada vez mais nebulosos, ainda é certa a mais mundana das questões morais que responde pelos impasses mais resistentes: desde o início, a maioria dos países em desenvolvimento – dos mais altamente industrializados aos mais pobres – tem acusado o Norte de ser o culpado por causar as mudanças climáticas, devido as emissões no curso de sua industrialização. A maioria dos países desenvolvidos – para todas as rusgas entre europeus e americanos – manteve-se unida na rejeição desta afirmação.

A posição negociadora dos EUA tem mudado ao longo dos anos, mas os sentimentos do negociador chefe Todd Stern – “Nós absolutamente reconhecemos nosso papel histórico

em colocar emissões na atmosfera, lá em cima, mas o sentimento de culpa ou culpabilidade ou reparações, eu simplesmente rejeito categoricamente” – é a única coisa com que todos os tomadores de decisão, sejam eles republicanos ou democratas, um verdadeiro crente ou um cético do clima, um lobista de negócios ou um ambientalista “Beltway”, podem concordar. Sem falhar, cada negociador norte-americano com quem falei repetiu a linha: não devemos ser considerados culpados por algo que não sabíamos que estava (talvez) causando danos.

Para se ter certeza, as partes concordaram em contribuir de acordo com suas “comuns, mas diferenciadas responsabilidades e respectivas capacidades”, mas esta frase se tornou a mais contestada na história das negociações: negociadores do Sul tendem a focar na palavra “diferenciação”, convencidos de que sua base se refere à histórica culpa do Norte. Os negociadores do Norte apreendem a palavra “comum” e – em contraste com os negociadores do Sul que geralmente param em “comuns, mas diferenciadas responsabilidades” – o tornam um ponto para adicionar “e respectivas capacidades”, ou seja, eles irão contribuir porque são mais capazes, não porque são *obrigados*.

Isto não é apenas um jogo de semântica porque a posição de cada lado na questão da responsabilidade levou as respostas de cada lado a três questões que tem seguido as negociações: Quem está no comando? Quem deve fazer o quê? Quem deve o quê?

Insistindo que eles são os lesados, o Sul tem pressionado para uma maior voz nas tomadas de decisões, tendeu a preferir medidas punitivas e obrigatórias, e tem consistentemente demandado “compensação” pelo Norte. Por isso a insistência em medidas obrigatórias como impostos globais ou multas por excesso de emissões. Rejeitando a culpa e insistindo que estão abertos para contribuir mais só porque *podem*, e não porque *devem*, o Norte tem buscado restringir a tomada de decisões, demandando “flexibilidade” ou “custo-efetividade” em todas as vezes, através da voluntariedade em vez de medidas compulsórias, se possível,

e com recompensas, se necessário. Por isso a insistência em propostas como “promessa e revisão” ou mecanismos como o comércio de carbono.

Estes pontos de partida divergentes – ligados a desenvolvimentos históricos mais abrangentes que tem a ver com desigualdades duradouras entre Norte-Sul e dinâmicas do capitalismo global – ajudam a explicar o fracasso em se chegar a um denominador comum em muitas questões.

Esforços do Norte para efetivamente limitar as negociações apenas aos grandes emissores, em vez das 193 partes, parecem eminentemente razoáveis para pessoas como o professor de economia de Berkeley, Brad DeLong (quem, na mesma conversa reconheceu que “muitos em São Francisco não se importarão de ter o clima de Los Angeles), uma vez que acreditam que somente aqueles que irão liderar devem decidir. Mas isso é inaceitável para aqueles que se preocupam em como a justiça deve ser feita: agressores, afinal, não são normalmente autorizados a decidir os termos de sua punição.

Demandas por soluções compensatórias – ao invés de punitivas –, soam razoáveis para aqueles que vêem a si próprios como líderes magnânimos, mas dissonantes para aqueles que os vêem como criminosos culpados: os pecadores, afinal de contas, não são usualmente autorizados a pedir por formas de punição mais lenientes. Da mesma forma, a recusa do Norte em sujeitar fundos do clima para o controle democrático de todas as partes (por motivos de que não se poderia confiar no Sul) soa eminentemente justificável para aqueles que se vêem como líderes benevolentes, mas absurdo para aqueles os têm como transgressores culpáveis: o culpado geralmente não pode evitar o pagamento da indenização ao atacar a integridade moral de suas vítimas.

Mesmo no campo rarefeito da diplomacia climática, questões cotidianas de culpa e inocência parecem inevitáveis porque nossas respostas a elas podem definir os termos de nossas relações sociais com outros, mesmo ou sobretudo em situações de desigualdades. Por duas décadas Norte e Sul tem lutado

com esses termos em cada passo: o que cada um pode justificadamente demandar do outro, o que os outros podem legitimamente exigir de si mesmos, a que se tem direito, o que se é obrigado a fazer, e assim por diante.

Até o momento, o Norte, com o apoio de alguns do Sul, obteve sucesso em institucionalizar suas alegações

de inocência, mediante a garantia de “flexibilidade” do Protocolo de Kyoto e seu recurso do comércio de carbono, um mecanismo que forjou as anteriores propostas do Sul de multas punitivas e compensações obrigatórias.

Mas isso não significa que a questão foi resolvida de uma vez por todas, assim como as demandas contínuas por restituição, por um tribunal

internacional do clima, ou por uma justiça climática. E enquanto isso não é resolvido satisfatoriamente, as negociações podem permanecer estagnadas onde estão por mais 20 anos. Isto pode ser bom para aqueles que estão empoleirados nas colinas de Berkeley, mas não para aqueles que estão presos nos telhados de Bulacan.

■

> Quais as possibilidades para o Trabalho Global?

Por Robert Lambert, University of Western Australia, ex-presidente do Comitê de pesquisa da ISA sobre Movimentos de Trabalhadores



Rede de solidariedade Austrália-Venezuela
Dia da Marcha de Maio em Caracas, 2008.

globais, comércio e investimento, bem como reconstituir o trabalho seguro e estabilizar a sociedade em uma fundação socialmente justa? Pode tal movimento desfiar o absurdo do neoliberalismo em que a causa dessas crises destrutivas são vistas como a solução? Parece um absurdo imaginar prospecto semelhante, dado o poder dessas instituições.

Cada contribuição ilumina questões pertinentes a esse predicamento. Desenho de uma vida toda de pesquisa sobre trabalho da África do Sul, Webster considera a ‘ideia de solidariedade’ – os caminhos em que uma dada cultura e estratégia podem, em certas instâncias, serem fraturadas, mas também reorganizadas em uma maneira que as fortalece. Se transformar o individualismo a um nível local é desafiante, o quão maior é o desafio de uma construção global? Webster afirma que esta última pode evoluir através de três tipos de solidariedade: direitos humanos (defesa de vítimas); produção (ligado a locais de trabalho); e regulação (desenvolvendo o direito para proteger direitos e modelos).

Até mesmo no mais sombrio dos tempos, nós temos o direito de esperar alguma iluminação, e esta pode surgir mais da incerta, vacilante e geralmente fraca luz que alguns homens e mulheres, em suas vidas e seus trabalhos, acenderão diante de quase todas as circunstâncias e derramarão sobre o intervalo de tempo que lhes foi dado na Terra, do que de teorias e conceitos.

Hannah Arendt, *Homens em tempos sombrios*

Dadas as múltiplas crises pelas quais estamos vivendo (climática, financeira, trabalhista), as intervenções de Edward Webster, Pun Ngai e Enrique de La Garza (Diálogo Global, 1.5, Julho de 2011) na seção ‘trabalho global’ estimularam reflexões sobre uma questão crítica: pode a sociedade resistir ao poder sincronizado de

corporações globais, finanças globais, instituições globais e Estados-Nações, e impor uma alternativa lógica para resolver uma iminente catástrofe humana? Pode o trabalho global desempenhar um papel ativando sociedades mundo afora para construir uma nova relação com a natureza, remodelar a arquitetura financeira, regular radicalmente as corporações

A sucinta consideração de Pun Ngai sobre a China 'como a fábrica do mundo' conclui que esta tem provado ser 'o pesadelo global para as novas classes trabalhadoras'. O sistema hukou permite que trabalhadores rurais trabalhem na cidade, mas não permaneçam nela, e por isso existem como 'meio-trabalhadores', forçados a 'perambular' pelas paisagens transformadas da China. Ela sumariza como esse não-status e essas condições de exploração desencadearam um significativo aumento da resistência coletiva.

Finalmente, Enrique de la Garza, a partir da experiência Latino-Americana, responde a Webster argumentando que a globalização do capital pode levar 'à globalização do trabalho como um movimento social'. Tal movimento poderia ser realizado através de novas identidades de trabalhadores, explorando as conexões nas cadeias de valores e aproveitando trabalhadores no setor informal, que estão entre 40 a 70 por cento da força trabalhista na América Latina. Quanto às perspectivas de um movimento em surgimento, ele pergunta: os sindicatos se oporão ao neoliberalismo, ampliando a definição dos seus papéis e reascender as visões utópicas da sociedade?

Contudo, essas ideias permanecerão puras diante da ausência de uma análise do desenvolvimento assimétrico do trabalho global baseado na contribuição de agências, da política, movimentos e ação. Essa breve resposta simplesmente coloca questões para o debate nessas áreas, que transcende a academia em um pequeno passado em direção à construção das solidariedades de Webster.

> Agência

Aqui há a necessidade de distinguir entre o estabelecido e o novo internacionalismo do trabalho (NLI – new labor internationalism): enquanto o primeiro produz carreiras burocráticas, o último produz ativistas orientados para a luta. A mudança será conduzida por ativistas, inspirados por noções de libertação humana, mesmo com um grande custo pessoal, em

contraste com aqueles para quem o trabalho global é uma oportunidade de trabalho, uma carreira e conforto de classe média. Enquanto o Sul Global tem continuado a produzir ativistas, a raiva gerada pelas Crises Financeiras Globais (GFC – Global Financial Crisis) puderam criar uma dinâmica similar no Norte. A famosa declaração de Gramsci acerca do 'otimismo da vontade' desafia acadêmicos a se moverem com esse potencial, não somente como gravadores de eventos, mas como intelectuais públicos engajados, se movendo entre escritórios e mobilizações de rua. Nós também poderíamos ser guiados por um sentimento de raiva oriundo do furto e espoliação representados pela GFC? Como determinar se estamos para quebrar o ciclo destrutivo de uma lógica do mercado pura? Ao refletir sobre nossas próprias escolhas, providenciamos compreensões sobre agências como uma variável crítica, que pode remodelar a política.

> Política

A despeito de algumas exceções notáveis, a institucionalização do trabalho global no Norte (Internacional Trade Union Confederation e a Global Union Federation) é, em sua maior parte, limitada por uma separação da política e econômica e, na melhor das hipóteses, uma crítica aos efeitos do neoliberalismo sem desafiar sua essência destrutiva. Esse é um movimento do trabalho global pró-liberdade de comércio, o qual afirma que direitos trabalhistas e programas sociais podem amenizar os custos de ajustamento da globalização. Para estas instituições do trabalho global, a ação é igual a pressão das elites no poder, mesmo que pouco tem sido alcançado através dessas táticas desde a metade do século passado.

Em certa medida, e não sem contradições, a esperança por uma revitalização política reside no Sul Global, onde a nacionalidade baseada em movimentos trabalhistas – como a CUT no Brasil, CTA na Argentina, COSATU na África do Sul, CITU na Índia e KCTU na Coreia traçam tradições de resistência. Cada uma tem travado determinadas batalhas contra a

reestruturação neoliberal durante as duas últimas décadas. Enquanto forças reunidas em torno do SIGTUR (Iniciativa do Sul frente à Globalização pelos Direitos dos Trabalhadores), novas iniciativas estão sendo tomadas no sentido de formular uma visão acerca de pelo que se luta, e não apenas contra o que. A SIGTUR está em um estágio inicial de debater sobre as concretas características da alternativa ao terreno do neoliberalismo frente às demandas de transformação a curto, médio e longo prazo. A alegação é que esta nova luta é gira em torno da libertação global, que demanda políticas de libertação em todos os níveis. A substância dessa política deriva da teoria da acumulação e exploração de Marx, e é complementada pela análise do mercado, sociedade e mercantilização de Polanyi. Se o trabalho global no Sul envolve uma nova política, esta pode inspirar forças no Norte, dada a severidade da presente crise. Ativismo e uma nova política lançam as fundações para um novo tipo de movimento.

> Em direção a um Novo Movimento Global (uma Nova Ideia de Solidariedade?)

A concepção de David Harvey acerca de um novo tipo de movimento social global, 'constituído fora da ampla aliança do descontentamento, o alienado, os privados e despossuídos', é um panorama intrigante. Em junho de 2011, durante uma conferência internacional da União Global (UNI), em Paris, um líder da Confederação Francesa Geral do Trabalho (CGT) lamentou que o movimento de trabalhadores falhou na tentativa de estabelecer contato com os jovens indignados da Espanha, os *aganaktismenoi* (ultrajados) da Grécia, ou os jovens da Primavera Árabe, para mostrar a eles que suas lutas estão conectadas e que a luta por democracia precisa ser estendida e transformada mediante uma reivindicação ampliada contra o desenvolvimento do capitalismo neoliberal. As oportunidades para um novo movimento estão lá, mas ao mesmo tempo em que o trabalho global tem criado algumas conexões,

>>

ele falhou em apreender o momento e formar tal movimento. De fato, o movimento pelo trabalho global institucionalizado é tão restrito aos hotéis de cinco estrelas ao redor do mundo que eles não mostram qualquer desejo de mobilizar e organizar as ruas. Assim, não há uma ação coletiva coordenada globalmente e assim o Sul terá que puxar o gatilho desta ação.

> Ação Coletiva Global

A política de trabalho da elite precisa dar lugar à longa preparação para a ação radical, perturbando a logística da economia global – remessas, transportes em geral – bem como romper as redes de produção globais

a partir de dentro. Durante os anos de 1990, a SIGTUR organizou vários boicotes de remessas bem sucedidas. Na Korea, um líder trabalhista esteve dentro e fora da cadeia durante a última década por fazer pressão ao atrasar propositalmente containers de caminhões, o que engarrafou o transporte urbano. Estas ações disciplinadas e coletivamente organizadas demonstram o poder latente do trabalho global.

Nós teríamos a imaginação e vontade política de contribuir, como intelectuais públicos engajados, na construção do novo nessas esferas? Sociólogos públicos possuem um papel na subsequente batalha por

ideias, reforçando novas políticas, movimentos e ações, e dessa forma sustentando a esperança no poder do movimento. A ventura pode ou não vir a se realizar nas próximas décadas, mas serão elas que escolherão as ruas e não os hotéis enquanto esse drama se desenrola e, fazendo-o, poderão fornecer aquela luz para o século XXI que Hannah Arendt se refere em suas reflexões acerca dos tempos sombrios do século XX. ■

> Auto-descoberta: uma sociedade civil popular em Israel

Por Devorah Kalekin-Fishman, Universidade de Haifa, Israel, ex-Vice-Presidente de Publicações da ISA e editora da *International Sociology Review of Books*



Protestos de verão em Israel contra a mercantilização

>>

O ano da Primavera Árabe também foi o ano do verão israelense. Uma demonstração gigantesca de dois meses perturbou a complacência da coligação de direita auto-satisfeita que inclui cerca de dois terços do *Knesset*.

Neste verão, civis abriram seus corações e admitiram uns aos outros que é difícil simplesmente continuar; eles encontraram uma camaradagem característica de soldados em unidades de combate. Até setembro, tanto o governo nacional e as municipalidades ficaram contentes em encorajar os manifestantes. Que melhor sinal de que Israel é uma democracia? As ruas reverberaram com os gritos de homens e mulheres, árabes e judeus, de classe média e classe baixa, exigindo uma redistribuição equitativa dos recursos e uma renovação do governo como um serviço ao povo. Marchas de protesto incluíram cidadãos de todas as idades em número crescente em sucessivas noites de sábado. O quarto desses protestos, em 3 de setembro, englobou um número anteriormente inimaginável de 430.000 participantes (7% da população): cerca de 300.000 em Tel Aviv, 50.000 árabes e judeus em Haifa, com milhares espalhados em várias cidades do país, entre eles centenas de manifestantes nas aldeias de cidadãos árabes. Os organizadores das marchas mantiveram alto o número dos protestantes ao recusar se comprometer com qualquer partido político. Eles montaram comitês com acadêmicos que formularam reivindicações pedindo mudanças nas prioridades de gastos do governo com um apelo universalista de empregos decentes, lugares decentes para viver, e de saúde e serviços educacionais decentes. O governo criou seu próprio comitê para examinar as possibilidades dentro dos limites do orçamento dado. Após o pico da marcha gigantesca, o protesto mudou-se para reunir pessoas em “mil” mesas-redondas, analisando problemas e trabalhando para novas propostas de ação do governo. A onda de energia que varreu o protesto foi transformada em um acontecimento de ativismo de base.

Com a aproximação dos feriados judaicos, as autoridades municipais decidiram limpar as ruas. Manifestantes acampados foram notificados, e o luxo do protesto de “classe-média” que varreu toda a população se transformou em uma manifestação pelos verdadeiramente sem-tetos, aqueles com direito a uma habitação pública porque satisfazem os “critérios”, e têm seus nomes em uma espécie de “lista de espera” virtual. Para eles, as barracas não tinha sido uma demonstração, mas uma alternativa respeitável

a morar em frente de entradas de estabelecimentos e com ajuda de membros da família.

Sua situação era o resultado lógico de três décadas de governos de direita que, desde 1977, deliberada e sistematicamente desmantelou o Estado de bem-estar social e impôs um regime rigoroso de curso neoliberal. Sustentado por ameaças à segurança, real e fabricada, sucessivas coligações mostraram que a disciplina civil e submissão foram as únicas maneiras de promover o bem nacional. As preocupações das associações informais que constantemente lutam para avançar os direitos humanos em Israel e nos territórios ocupados têm sido sistematicamente ignoradas, exceto por inconsistentes medidas reparatórias nos tribunais e, ainda assim, se eles não estiverem subjugados por legislações de direita.

A agregação das centenas de associações em Israel em uma sociedade ativista civil foi surpreendente. Tudo começou quando um cara chamado Itzik descobriu que o preço do queijo cottage, um produto básico de Israel, foi muito maior do que o preço de produtos similares na Europa ou nos EUA. Através de sua página no *Facebook*, ele organizou um boicote de consumidores que não só derrubou os preços, mas serviu como ensaio geral para ensaiar o protesto da “classe média”. O protesto se iniciou no início de julho, quando Dafna Leef mudou-se para uma tenda, porque ela não podia dar ao luxo de continuar a pagar aluguel – e centenas se juntaram a ela.

De repente, o “Kiturim” – o esporte de se sentar nas salas de estar com amigos, uma noite tradicional de sexta-feira para os judeus em Israel – se tornou a base para uma lista de exigências racionais que especificam o direito de ter uma vida. Este desenvolvimento recorda a democracia participativa do movimento do *kibbutz* chamado “reuniões da cidade”. Como os organizadores da sociedade civil na Polônia e México, aqueles que dirigem o protesto israelita tem como objetivo influenciar aqueles que exercem o poder dando voz ao povo. Alguns insistem em uma “revolução” no conceito de governo. Nesse meio tempo, porta-vozes do governo dizem que “a mensagem do protesto foi anotada”; comitês fornecerão respostas adequadas. Mas ainda há mais de um ano até as eleições, e há dúvidas se o atual governo pode ir além do truque bem conhecido de instituir um regime de curto prazo de economia eleitoral. ■

> Dez teses sobre o estatuto da sociologia em um mundo desigual

Por Piotr Sztompka, Universidade de Cracóvia, na Polônia, ex-presidente da ISA

Há quase dez anos, no Congresso Mundial de Sociologia da ISA, em Brisbane, em 2002, ganhei a Presidência da ISA, concorrendo com um slogan muito 'politicamente incorreto', "Excelência em vez de equilíbrio". Agora, o slogan parece relevante novamente, especialmente depois do Congresso Mundial de 2010, em Gotemburgo e da vitória arrasadora de Michael Burawoy que novamente injetou um fervor revolucionário na ISA: as reivindicações de algumas sociologias "alternativas", "indígenas", a natureza opressiva dos métodos e teorias ocidentais, e o "imperialismo" do idioma inglês. Defendemos pontos de vista opostos nas páginas de Sociologia Contemporânea (julho de 2011, pp.388-404). No entanto, isso levou a um mal-entendido fundamental a respeito da minha posição, e ganhei rótulos imerecidos como "o último positivista" e um fã cego dos EUA. Quero defender minha posição novamente da forma mais concisa e precisa, em dez pontos. Michael generosamente aceitou a minha

declaração para a *Diálogo Global*, e por isso lhe agradeço

Em primeiro lugar, *não se deve tirar conclusões epistemológicas a partir das condições reais do mundo*, ou das diferenças concretas da situação institucional de nossa disciplina em várias partes do mundo. A maioria dos sociólogos, inclusive eu, devido à sua sensibilidade profissional estão fortemente conscientes das injustas desigualdades entre e dentro das sociedades contemporâneas, o que também gera diferentes oportunidades de pesquisa. Mas isso não implica que deve haver uma sociologia diferente para os privilegiados e desprivilegiados. Sociologia boa é igualmente capaz de compreender a riqueza e a pobreza.

Segundo, há uma inversão de um famoso ditado, *se alguém quer realmente mudar o mundo desigual, o primeiro dever é entendê-lo*. Novamente, a maioria dos sociólogos, inclusive eu, têm uma orientação reformista, mas nossas aspirações ativistas não podem ser realizadas

por moralismos, pregações ou manifestos ideológicos, mas apenas pela descoberta dos mecanismos e das regularidades da vida social, incluindo aqueles que criam e petrificam as desigualdades e as injustiças. Karl Marx passou a maior parte de sua vida na biblioteca, e não nas barricadas, e é um gigante da ciência social, não devido ao *Manifesto Comunista*, mas devido a *O Capital*.

Terceiro, *há uma sociologia para muitos mundos sociais*¹. Os mecanismos e as regularidades da vida social são universais para o gênero humano, embora, é claro, suas manifestações se diferenciem entre civilizações, culturas, sociedades, ou segmentos da sociedade. Mesmo estas manifestações, porém, estão lentamente se tornando mais uniformes devido à globalização, exceto aquelas que se referem às desigualdades injustas (Norte contra Sul, centro versus periferia, gênero, raça e as divisões de classe dentro das sociedades), bem como os

>>

fundamentalismos religiosos (crentes contra infiéis).

Quarta, os padrões de pesquisa sociológica e boa teoria são universais, incluindo também o desenvolvimento cumulativo da caixa de ferramentas de métodos e o arquivo pluralista das teorias sociológicas. Isto não tem nada a ver com qualquer 'positivismo', porque as metodologias qualitativas, bem como as teorias de interpretação dominantes hoje, reconhecem a peculiaridade do assunto social, mas também exigem padrões universais, mesmo que esses padrões sejam diferentes da sociologia "positivista" que tenta imitar as ciências naturais.

Quinto, o pecado das origens não desqualifica o resultado. O fato histórico de que a caixa de ferramentas padrão e o arquivo pluralista de teorias tenham sido iniciados por velhos barbudos, a maioria judeus, que viviam na Alemanha, França e Grã-Bretanha, e depois desenvolveu-se principalmente na Europa Ocidental e nos EUA, não tem nada a ver com sua intrínseca qualidade. Esta sempre foi e deve ser submetida ao escrutínio cético, correções e melhorias. Rejeitar estas tradições teóricas e metodológicas como "imperialistas" é um sinal de obscurantismo. Em vez disso, eu recomendo, como Newton e Merton, "subir sobre os ombros de gigantes".

Sexto, a tentativa inútil de criar sociologias "alternativas" ou "indígenas" é perniciosa para a disciplina. Ciência, incluindo a ciência social, não conhece fronteiras. Desenvolve-se como um conjunto comum de conhecimento em que todos sociólogos, nacionais, continentais, regionais ou mesmo locais, são mais que bem-vindos para contribuir. Eles podem ter oportunidades únicas de pesquisa, agendas únicas de pesquisa, ênfases especiais em relação a problemas ou orientações, mas eles não exigem

qualquer metodologia alternativa ou teoria indígena. Em vez de discutir a necessidade de sociologias indígenas, meu conselho é: basta fazê-lo. Há um monte de trabalhos sociológicos importantes feitos no mundo não-ocidental. Mas geralmente são baseados em metodologias padrão e contribuem para o conjunto universal das teorias. Nada alternativo ou indígena lá, simplesmente boa sociologia.

“O futuro não está com as sociologias nacionais, mas com grupos de pesquisa ou redes”

Sétimo, as reivindicações por sociologias nacionais não fazem muito sentido neste mundo globalizado e cada vez mais cosmopolita de hoje. O fato de que países ou estados-nação são diferentes não significa que suas sociologias são, ou deveriam ser, diferentes. O único significado de "nacional" nesta área tem a ver com algumas diferenças institucionais, diferentes pais fundadores, diferentes focos de pesquisa. Mas os resultados, se eles merecem o nome de "sociologia", e não apenas estudos de área ou estatísticas locais, deve ser abstrato o suficiente para enriquecer o conjunto universal do conhecimento sociológico. O futuro, também na ISA, não é com sociologias nacionais, mas com grupos de pesquisa ou redes (RCs de hoje, TGs, ou GTs).

Oitavo, o fato histórico de que uma língua natural, o inglês, ao invés de alguma linguagem, artificial especialmente concebido (digamos esperanto), se tornou a ferramenta de comunicação mais usada em companhias aéreas,

turismo, computadores, internet e ciência, incluindo a sociologia, não é um desastre, mas uma grande oportunidade. Isto é particularmente verdade para os sociólogos de regiões com línguas de menor vazão internacional (como a minha), que agora têm à sua disposição a maior parte do patrimônio universal sociológico (por meio de traduções em inglês) e a oportunidade de adquirir visibilidade e de contribuir para o conjunto universal (através da publicação em inglês).

Nono, é um erro acreditar que a situação existencial do pesquisador fornece benefício epistemológico. A divulgação de mecanismos e regularidades das injustiças e das desigualdades não foi realização exclusiva de subalternos ou excluídos. Numerosos exemplos apontam para o contrário. A única legitimidade válida na ciência é fornecida pela qualidade dos resultados e não pela situação social do estudioso.

Décimo, julgamentos de valor e preconceitos ideológicos são inevitáveis, e até mesmo admissíveis na sociologia na fase heurística de seleção de um problema ou tema de pesquisa, mas não devem ter lugar nos resultados finais ou em suas justificativas. E todos os valores, como Gunnar Myrdal tem aconselhado, devem ser divulgados abertamente para o debate. Isto é o que defendo em minhas dez teses. ■

¹ Veja meu artigo no Guia da ISA das Diversas Tradições Sociológicas (Sage, 2010), ed. by Sujata Patel.

² Objetividade na pesquisa social (New York: Pantheon Books, 1969).

> Excelência e Equilíbrio: Produzindo Sociologia que Importa

Por Tina Uys, Universidade de Johannesburgo, África do Sul, Vice-Presidente para Associações Nacionais da ISA

A obra escrita por Piotr Sztompka segue sua revisão de um conjunto de três volumes de textos de conferências apresentadas em um encontro da Associação Internacional de Sociologia (ISA), Conselho das Associações Nacionais em Taiwan, 2009. O trabalho de Sztompka foi publicado na *Sociologia Contemporânea* juntamente a uma resposta de Michael Burawoy, o organizador deste encontro e ex-vice-presidente da ISA para Associações Nacionais. O tema do encontro em Taiwan foi *Enfrentando um Mundo Desigual: Desafios para uma Sociologia Global*, que é também o tema do próximo Congresso Mundial da ISA em Yokohama, Japão em 2014.

Ao contrário de Sztompka, eu não vejo os volumes como se desenvolvidos com “fervor revolucionário”, mas sim como uma tentativa de avançar o entendimento da organização desigual de produção de conhecimento e o intercâmbio entre o centro e a periferia.

IPode ser útil neste momento prover algumas notas históricas sobre a ISA e

seu relacionamento com associações nacionais. Quando a ISA foi fundada em 1948, por iniciativa da UNESCO, seus associados eram restritos às associações nacionais e, portanto, de natureza coletiva. Em 1970, membros individuais foram incluídos, o que ampliou a participação internacional na ISA e fortaleceu o desenvolvimento dos comitês de pesquisa, mas isso também levou gradualmente ao declínio da importância das associações nacionais nas estruturas de tomada de decisões da ISA. Quando a ISA introduziu portfólios para seus vice-presidentes para o mandato 1974-1978 (Conselho de Pesquisa, Programa e Associados e Finanças), as associações nacionais estavam notadamente ausentes. Durante o Congresso Mundial de 1994 em Bielefeld, o Conselho das Associações Nacionais foi substituído de principal órgão decisório da ISA por uma Assembléia de Conselhos composta de Conselho de Pesquisa e Conselho das Associações Nacionais¹.

Desde o início da ISA, a eleição dos presidentes foi predominantemente de domínio da Europa (10) e EUA (5), com Fernando Cardoso do Brasil

(1982-1986) e T.K. Oommen da Índia (1990-1994) sendo as únicas exceções. Presidentes dos Comitês de Pesquisa para o termo presente (2010-2014) também são em grande parte do Norte do globo. Sztompka pode argumentar que isto é uma indicação da importância da “excelência” sobre o “equilíbrio”. Raewyn Connell pode ter uma visão diferente. Isto poderia ser visto como uma demonstração da tendência geral em considerar a teorização nas ciências sociais como um domínio do Norte, enquanto o Sul é relegado à coleta de dados e aplicações, resultando numa ‘dominação metropolitana e marginalidade periférica nas ciências sociais’ (2007:219). Outros fatores podem entrar em jogo, como trabalhos do Norte sendo mais amplamente compartilhados devido à ampla distribuição de seus materiais publicados, centros populares de estudos de pós-graduação e/ou acessibilidade da linguagem.

De acordo com os Estatutos da ISA, o objetivo da organização é “representar sociólogos em todos os lugares, independentemente de sua escola de pensamento, abordagens científicas

ou opinião ideológica, e impulsionar o conhecimento sociológico pelo mundo". Pode-se argumentar que esta declaração contradiz o contexto independente de Sztompka 'uma sociologia para muitos mundos sociais' e 'padrões universais de investigação sociológica e boa teoria'. Entendimentos desenvolvidos em contextos particulares não podem ser assumidos como aplicáveis universalmente, especificamente se estes contextos forem restritos ao Norte.

Ao longo dos anos, a ISA tem ativamente tentado fazer deste objetivo uma realidade. Um exemplo são as dez conferências regionais iniciadas por Immanuel Wallerstein, então Presidente da ISA antes do 14º Congresso Mundial de Sociologia da ISA em 1998, que se centrou no estatuto da sociologia mundial a partir de uma perspectiva regional. Uma grande conquista para restaurar o equilíbrio na estrutura de tomada de decisões da ISA foi a eleição de Sujata Patel, da Índia, como primeiro Vice-Presidente das Associações Nacionais em 2002. Isto também levou à introdução de um

“em nossa ‘ciência una’, há espaço para essas diferenças ?”

requisito nos Estatutos da ISA que, à semelhança Conselho de Pesquisa, prevê que encontros do Conselho das Associações Nacionais devem acontecer uma vez a cada quatro anos, entre os Congressos Mundiais. O primeiro destes encontros foi realizado em Miami, Estados Unidos, em 2005 e os resultados das deliberações do encontro foram publicados em um volume editado por Sujata Patel³ (2010) com o título de *Manual ISA das Diversas Tradições Sociológicas*.

Assim como existem teorias e métodos que competem por nossa atenção, existem também visões de mundo (que podem ser as mesmas teorias e métodos). Em alguns casos estas lentes podem ser, por exemplo, uma sociologia indígena,

uma perspectiva de gênero ou uma perspectiva libertário-humanista. Sociologia indígena pode significar o contexto de uma área local dentro de um país, uma região (como o Sul global) que transpassa fronteiras nacionais, ou como você vê coisas de onde você parte (teoria do ponto de vista), por exemplo, nas categorias de gênero, classe, etnia e/ou idade. O desafio para a sociologia será manter todas essas diferenças sob um teto (sociologia e a ISA), porque se as pessoas não sentem que tem espaço para serem ouvidas, elas se vão. Assim, em nossa “ciência una”, há espaço para essas diferenças e elas podem todas serem ouvidas?

O próximo encontro do Conselho da ISA das Associações Nacionais em 2013 é uma oportunidade ideal para proporcionar esse espaço. Vamos tornar possível ter discussões e debates reais -entre iguais- em torno dos temas e abordagens que são importantes para os sociólogos em todos os países e regiões. Desta forma podemos garantir que temos excelência E equilíbrio na produção de uma sociologia que importa, localmente, bem como globalmente.

¹ Para um relato fascinante da história da ISA ver: Platt, J. (1998) A Brief History of the International Sociological Association: 1948-1997. Montreal: ISA. <http://www.isa-sociology.org/history-of-isa.htm>

² Connell, R. (2007) Southern Theory. Cambridge: Polity Press.

³ Patel, S. (ed.) (2010) ISA Handbook of Diverse Sociological Traditions. London: Sage.

> “Recusa de internação pelo paciente” ou “Em defesa da sociologia”

Por Nikita Pokrovsky, Universidade Estatal de Moscou, Escola Superior de Economia, Presidente da Sociedade de Sociólogos Profissionais, Rússia, e membro do Comitê Executivo da ISA

Depois de muitos anos no campo da sociologia profissional e internacional, tenho a forte impressão de que, no mundo de hoje, o futuro da sociologia está seriamente ameaçado. Seu destino é mais incerto e nossos quadros mais dispersos que nunca. Tentarei racionalizar meus sentimentos e intuições. “Precisamos mesmo defender a sociologia? De quem? Por que agora?” Frequentemente, me coloco tais perguntas com relação à Rússia, meu país natal, e o cenário internacional. Detesto parecer pessimista, mas é necessário. Na minha opinião, há dois riscos críticos externos à sociologia, assim como ameaças vindas de dentro do nosso próprio grupo profissional.

> A ameaça externa

Os perigos externos consistem em uma ameaça principal. Para ser direto, no mundo de hoje, a sociologia está perdendo rapidamente sua influência e autoridade. Nem as estruturas de poder (sobretudo o Estado e os negócios) nem a população estão muito interessadas no que chamaríamos de “diagnóstico racional” da condição clínica do social. Ao contrário, várias forças irracionais tomam a frente. Velhas e reinventadas formas de religião, mitologia social, ideologia e cegueira em massa prevalecem em quase toda parte. Essas forças alijaram a racionalidade sem dificuldade, até mesmo nas ciências sociais. Sob tais condições, a esfera da sociologia racionalista e acadêmica está diminuindo muito. Em minha opinião, a luz da razão é a única fundação sobre a qual estão assentados o poder e a capacidade da sociologia. Nós, sociólogos, podemos oferecer um diagnóstico às sociedades. Mas cada vez mais parece que os “clientes” ou “pacientes”, ou seja,

nossas sociedades, optam por recusar a internação. Nossas sociedades se sentem bastante bem sem o diagnóstico sociológico, apesar do fato de que a condição do “paciente” está realmente crítica em alguns casos. Em outras palavras, o perigo externo da sociologia decorre da recusa das sociedades frente à análise racional e embasada cientificamente do momento atual. De fato, este é um caso de “recusa de internação pelo paciente”.

> A ameaça interna

Não surpreende que também existam ameaças internas à sociologia, e estas estão relacionadas à externa. Como muitos sociólogos e comunidades sociológicas vêm declinar seu papel social e importância pública, decidiram transformar a sociologia em uma “força social”, uma espécie de amplo movimento social por uma sociedade melhor. Da perspectiva deste conceito de sociologia, questões acadêmicas e de aprendizado superior são colocadas em segundo plano e a agenda da sociologia como um serviço público é enfatizada. “Os sociólogos apenas interpretaram o mundo de diversas maneiras; o que importa é transformá-lo.” Este conhecido slogan de Marx, ligeiramente reformulado, é o lema daqueles que tentam hoje mudar o mundo muito antes de conseguirmos entendê-lo e interpretá-lo de maneira acadêmica. Para tais sociólogos, a ação precede o conhecimento. Podemos concordar com isso? Eu não posso, pela simples razão de que neste país, a Rússia, sabemos bem, pela trajetória histórica que se iniciou em 1917, o que significa reconstruir radicalmente a sociedade antes de analisá-la.

> O que devemos (e não devemos) fazer

Estou convencido de que o lugar do sociólogo não é nas barricadas públicas

e políticas, vestindo o manto branco de um cientista. Evidentemente, um sociólogo pode a qualquer momento se preocupar com qualquer objetivo público. Contudo, isto imediatamente o privaria do direito de representar a ciência da sociologia. Não é nosso papel participar do tratamento da sociedade, em oposição à análise. Há muitas instituições sociais cuja tarefa principal é levar a cabo o tratamento: o Estado, a esfera política, organizações públicas e movimentos, a imprensa, a opinião pública etc. Qualquer pessoa que conhece o processo clínico conhece o imenso papel do diagnóstico, e que o sucesso final do tratamento depende totalmente de sua precisão e correção. Contudo, o diagnóstico não pode e não deve ser misturado com o tratamento. Eles pertencem a diferentes esferas de atuação. Sim, podemos e devemos contribuir com a mudança do mundo ao manter nossos objetivos acadêmicos e profissionais, e também ao aumentar a cultura e conhecimento sociológico em nossas sociedades, por meio da educação e dos meios de comunicação de massa. Somente esta é a “missão pública da sociologia”. Do contrário, estaríamos inclinados a nos tornar líderes cegos guiando os cegos.

“o diagnóstico não pode e não deve ser misturado com o tratamento”

Ao dizer isto, estou apoiando fortemente as dez teses de Piotr Sztompka em defesa da sociologia. Para ele, assim como para mim, a ciência da sociologia é primordial e predominantemente excelência acadêmica e profissional. Todo o resto é muito mais questionável. ■

> Dependência Acadêmica

Por **Fernanda Beigel**, Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas, Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, Argentina.

Em sua tentativa de reduzir a sociologia da sociologia a um exercício ideológico, Piotr Sztompka constrói um cocktail de dependência acadêmica, imperialismo intelectual, e colonialismo dentro da sociologia, que são reunidos conjuntamente, naturalizados acriticamente e peremptoriamente descartados ao reduzi-los a uma 'reflexão daquelas divisões externas mais fundamentais na nossa sociedade globalizada' (2011: 389). Deixando de lado a linguagem desrespeitosa de Sztompka usada para descrever acadêmicos periféricos e seus escritos, meu primeiro argumento é que aqueles estudos críticos de ciências sociais possuem uma longa história, emergindo no Norte e no Sul por volta da metade do século XX, quando a ciência (e especialmente as ciências sociais) se tornaram mais complicadas durante a Guerra Fria. A dependência acadêmica, hoje, tem dimensões diferentes e é seu próprio paradigma dentro da sociologia atual – uma 'disciplina multi-paradigmática', de acordo com o próprio Sztompka (2010: 22)

Enquanto um campo de pesquisa, a dependência acadêmica é nutrida pelos estudos sociais da ciência, epistemologia crítica e estudos comparativos sobre o ensino superior. Ela engloba a estrutura desigual de produção e circulação do conhecimento que tem emergido historicamente, juntamente com o

sistema científico internacional. Esta estrutura é composta por processos institucionais, materiais e simbólicos, mutuamente relacionados, que tem produzido diferentes caminhos para a construção da academia. Na periferia, essas combinações são o resultado histórico das responsabilidades nacionais e regionais acerca da internacionalização – diante, particularmente, dos papéis desempenhados pelo Estado no desenvolvimento científico e ensino superior.

Não há escassez de estudos acerca da relação entre pesquisa científica e ajuda externa, entre publicações e recursos materiais insuficientes, entre a desigual distribuição do prestígio acadêmico em meio às disciplinas e instituições, ou entre capacidades dissimilares de pesquisa e mobilidade acadêmica heterônoma. Dentro deste campo de pesquisa, nós encontramos as análises da dependência intelectual, eurocentrismo e colonialismo dentro da produção de conhecimento. Esses estudos convergem criticamente com as análises sobre dependência e estruturalismo latino-americano – duas tradições preocupadas principalmente com a economia e a política. Na segunda metade da década de 1970, os trabalhos pioneiros de Edward Shils, Joseph Bem David e Philip Altbach atestaram a fatores específicos da construção da subordinação dentro do campo

acadêmico. Em 1988, Frederick Gareau publicou um importante artigo na *Internacional Sociology* argumentando que as verdades nas ciências sociais foram elaboradas pelo Ocidente apenas a partir de uma parcial participação do Terceiro Mundo, um fato que levantou sérios questionamentos acerca de sua objetividade. Sua análise da Enciclopédia Internacional de Ciências Sociais mostrou que 98.1% dos autores são afiliados às universidades norte-americanas e europeias – destas últimas, são principalmente do Reino Unido, França e Alemanha.

Estudos recentes mostram que os 'padrões universais' para pesquisa sociológica e 'boa teoria' tem sido constituídos e legitimados pelo sistema 'internacional' de publicações, iniciado por Eugene Garfield em 1950. Por muitas décadas, o ranking da Social Science Citation Index tem sido dominado pelos periódicos norte-americanos e europeus. O prestígio acadêmico foi progressivamente concentrado e um conjunto de hierarquias internacionais foram estabelecidas – separando pesquisas realizadas nos mais prestigiados centros acadêmicos do conhecimento marginal produzido e publicado fora deles. A despeito do aumento da produção científica em muitos países periféricos da América Latina, Ásia e África contribuíram, conjuntamente, com menos de 20%

>>

dos artigos publicados na SSCI (Beigel, 2011)¹. Como resultado, a luta por autonomia acadêmica tem sido uma tarefa complexa e trabalhosa para sociologias periféricas, enquanto ela é simplesmente um dado nas sociologias americana e francesa.

O Relatório Mundial de Ciências Sociais (UNESCO, 2010) mostrou que as desigualdades no cenário institucional, a capacidade de tradução e os recursos materiais são poderosos determinantes na vida acadêmica. A pesquisa colaborativa é ainda dominada por parceiros do Norte com uma pequena cota de artigos oriundos do Sul (2010: 146). Heilbron tem mostrado que bens simbólicos produzidos por academias centrais – e escritas em inglês – possuem uma circulação internacional dramaticamente mais ampla do que aquela produzida em idiomas dominados (espanhol, português, árabe e russo). As recentes taxas de ‘exportação’ são muito baixas ou até mesmo nenhuma, bem como possuem acessos mínimos aos mais prestigiosos periódicos publicados pelos centros de pesquisa estabelecidos. Também tem sido demonstrado que um circuito

“De fato, nós realmente temos muitas sociologias no Oeste e ‘no resto’”

periférico pode, eventualmente, reduzir as importações estrangeiras e aumentar a produção endógena de conceitos ou teorias, mas é muito mais difícil aumentar a circulação internacional delas. Especialmente nas ciências sociais, esses ‘institutos periféricos’ têm alcançado posições dominantes em regiões do Sul, mas permanece subordinado dentro da ‘Sociologia Global’ (Beigel, 2010).

Não há consenso quanto às possibilidades e caminhos para ultrapassar a dependência acadêmica. Do ponto de vista individual do acadêmico, a carreira construída através de educação no exterior e publicações em inglês sem dúvida tem provido passagens bem sucedidas ao reconhecimento acadêmico – embora

ele geralmente tem sido mais efetivo nas ciências naturais. Contudo, esse caminho individual de acumulação de capital científico não necessariamente leva ao aumento do desenvolvimento científico em sociedades periféricas.

Uma palavra final na oposição entre sociologia ocidental e sociologia local – duas tomadas de posição que têm sido reduzidas por Sztompka ao estereótipo homogêneo. A sociologia na periferia não é um fenômeno novo. Ela possui sua própria história e suas próprias oposições – um grande debate precisamente em torno do status do conhecimento local. Igualmente, a dicotomia também falha ao reconhecer perspectivas críticas que estão circulando dentro da ‘Sociologia Ocidental’, ao menos por cinquenta anos. De fato, nós realmente temos muitas sociologias no Oeste e ‘no resto’. ■

¹ Eu tenho estudado o desafio ascendente do movimento pelo acesso livre ao SSCI e outras principais bases de citações, juntamente com a oposição aos padrões internacionais de publicação dentro desses periódicos de bases de dados alternativos (Beigel, 2011).

Referências

Beigel, F. (2010) “Social Sciences in Chile (1957-1973). A laboratory for an autonomous process of academia-building.” Pp.183-212 in *Academic Dependency in the Social Sciences: Structural Reality and Intellectual Challenges*, edited by S. F. Alatas and K. Sinha-Kerkoff. New Delhi: Manohar.

Beigel, F. (2011) “Científicos Calibanes. Las ciencias sociales latinoamericanas en la encrucijada del sistema académico mundial”. Valparaíso, IV Congreso Chileno de Sociología.

Gareau, F. (1988) “Another type of third world dependency: the social sciences,” *International Sociology* 3(2): 171-178.

Sztompka, P. (2010) “One Sociology or many?” Pp.21-28 in *The ISA Handbook of Diverse Sociological Traditions*, edited by S. Patel. London: SAGE.

Sztompka, P. (2011) “Another Sociological Utopia,” *Contemporary Sociology* 40(4): 388-396.

UNESCO. (2010) *World Social Science Report. Knowledge Divides*. Paris: UNESCO.

> Produzir sociologia no mundo desigual de hoje

Por Helga Nowotny, Presidente do Conselho Europeu de Pesquisa, Presidente do Conselho Científico Consultivo, Universidade de Viena, Áustria, membro vitalício da ISA

A sociologia do século XXI se encontra num mundo desigual. Mas ela tem muito mais recursos intelectuais e científicos do que o debate, de resto estimulante, entre Piotr Sztompka e Michael Burawoy nos leva a crer. Permitam-me enumerar apenas três.

1. Ciência global e suas oportunidades desiguais

Com a junção intrincada de pesquisa de fronteira, tecnologias, e seus usos potenciais e reais, a ciência se tornou uma empreitada global. Vista pela maioria dos governos como o motor do crescimento econômico, prestígio nacional e/ou influência militar, a transformação de nosso mundo pela ciência e tecnologia prossegue num ritmo sem precedentes. Os resultados de tal intervenção humana são novos níveis de complexidade, acompanhados de novas incertezas e a emergência de conhecidos problemas globais e locais.

As ciências sociais e as humanidades e, em particular, a sociologia, são desafiadas a repensar suas próprias fundações, tendo em vista o que significa ser humano, como lidar com nossa condição tecno-humana, e sob quais formas de vida em comunidade.

De acordo com as assertivas dos Estudos em Ciência e Tecnologia sobre a co-produção da ordem social e natural, questões relativas ao acesso desigual à informação, conhecimento, educação e participação democrática são cruciais à luz da (talvez utópica) visão de uma futura cidadania científica global.

A distribuição desigual de recursos é espelhada no acesso desigual ao ensino superior, ao financiamento de pesquisas e as melhores organizações de pesquisa. A imensa maioria das publicações científicas ainda está sendo produzida no Norte, onde estão localizadas as universidades e instituições de pesquisa mais produtivas e prestigiosas. Enquanto isso, o cenário está rapidamente se alterando à medida que China, Índia, Brasil e outros aumentam significativamente sua participação, especialmente nas disciplinas STEM (ciência, tecnologia, engenharia e medicina). Confrontados com uma série de novos problemas sociais, da mudança climática ao fundamentalismo, a importância das ciências sociais não escapa aos formuladores de políticas públicas. Enquanto a retórica difundida de inovação não é nada mais que uma aposta coletiva num futuro frágil, mais inovação científico-tecnológica levará inevitavelmente a mais

inovação social.

2. A emancipação da sociologia do confinamento das fronteiras disciplinares e nacionais

Comparando com os primórdios da sociologia, a importância e a saliência de identidades disciplinares e nacionais declinaram marcadamente. Outrora constitutivas da fundação da disciplina, elas correm o risco de se tornar um perigo. A ciência, no sentido inclusivo do termo alemão *Wissenschaft*, é caracterizada por uma pluralidade dinâmica interna. O novo conhecimento com frequência emerge na fronteira entre disciplinas estabelecidas. Métodos, instrumentos e técnicas se movem com criatividade pelas fronteiras. Embora as estruturas disciplinares baseadas em departamentos continuem sendo fortes desincentivos, a expansão da colaboração interdisciplinar é irreversível.

Isto não significa que as fronteiras disciplinares tenham se tornado completamente irrelevantes. Estabelecer uma identidade disciplinar na qual os estudantes são socializados ainda é importante para aprender o que constitui um problema sociológico interessante. Persiste um sentimento difundido de que existe um “núcleo sociológico”,

>>

que merece ser preservado frente a uma nova administração acadêmica que busca submetê-la a suas normas de eficiência e *accountability*. Este não é um problema exclusivo do Ocidente. Dada a rápida expansão do modelo gerencial da universidade bem-sucedida, em geral anglo-americana, e sua ávida imitação no resto do mundo, as fronteiras disciplinares estão ameaçadas por disputas gerenciais em todo lugar.

A sociologia demonstrou ser mais produtiva e subversiva quando transborda para o território de outras disciplinas, insistindo na agência humana e trazendo de volta a sociedade em sua pluralidade desconcertante. Embora a sociologia tenha crescido à sombra do Estado-Nação, igualando o problema da ordem social com reivindicações territoriais, da perspectiva de hoje cada sociologia nacional se apresenta como parte de um ecossistema de conhecimentos plurais, inevitavelmente moldados por diferentes arranjos institucionais e por contextos políticos, econômicos e culturais.

Lutando contra sua auto-provincialização, a sociologia deve continuar sua emancipação dos limites das fronteiras disciplinares e nacionais. Resta ver se está pronta para se tornar uma “pós-disciplina”, pluralizando e globalizando suas práticas. Historicamente, isto seguiria a mudança de uma ordem hierárquica (com o *Leviatã* como seu antecessor) para um fluxo heterogêneo de movimentos sociais e redes com seus próprios desafios ambivalente, na ausência de instituições a serem inventadas.

3. A utopia imaginária real do conhecimento alternativo

Uma utopia do conhecimento deve articular as premissas epistêmicas sobre as quais quer construir assim como os critérios para validar sua própria produção de conhecimento. Deve encontrar seu lugar na hierarquia

do conhecimento que desafia. Entre os legados duradouros do Iluminismo, estão a forte oposição a todas as autoridades religiosas e políticas, seu ceticismo fortemente enraizado e a crença de que todo conhecimento, inclusive o conhecimento científico, é somente temporário, e será sucedido por uma expansão em evolução do entendimento humano do mundo. A própria verdade – e admitindo a possibilidade de verdades plurais – está em constante evolução. Esta é a razão principal pela qual o pensamento iluminista persistiu e por que qualquer tentativa de conceber modos alternativos de produção de conhecimento deverá enfrentar este processo forte, pois auto-renovador.

“o Iluminismo precisa ser repensado ou mesmo reinventado”

Em muitos outros aspectos, o Iluminismo precisa ser repensado ou mesmo reinventado (Aboagora). Ele deve se reconciliar com sua própria contradição embutida entre sentimentos (incluindo sentimentos morais), razão e razoabilidade; entre a ficção do indivíduo autônomo e seus laços com uma pluralidade de coletividades em transformação. Ele deve revisitar a dicotomia insustentável entre o natural e o artificial. Ele deve admitir a falsidade de seu universalismo, abraçando a ideia do contextualismo global.

É por isso que projetos como “Provincializar a Europa” (Dipesh Chakrabarty) ou “Outro Conhecimento é Possível” (De Sousa Santos, 2007) estão reunindo vozes para transcender as epistemologias do Norte e reconhecer uma diversidade epistêmica. Tais utopias reais do conhecimento são possíveis porque seu imaginário está infundido de critérios alternativos,

como a dignidade humana, justiça coletiva, e a capacidade de aspirar (Arjun Appadurai) ou porque incluem movimentos subalternos, ao mesmo tempo em que resistem à tentação de ancorar sua utopia na areia movediça do relativismo. Eles terão que se envolver com as hierarquias existentes da produção de conhecimento, ainda que elas estejam passando por rápidas transformações devido às enormes oportunidades educacionais globais oferecidas pelo uso de novas tecnologias, que abrem monopólios do conhecimento, e por meio do acesso à co-produção de conhecimento. Contudo, devo concordar com a sóbria conclusão da Royal Society: “o inglês deve continuar sendo a língua dominante para a pesquisa, e a comunidade de pesquisa global está, em geral, preparada para se adaptar a isso”. ■

Referências

Aboagora (2011) <http://www.aboagora.fi/>

Allenby, Braden R. and Sarewitz, D. (2011) *The Techno-Human Condition*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.

Chakrabarty, D. (2007) *Provincializing Europe: Post-colonial Thought and Historical Difference*. Princeton: Princeton University Press.

De Sousa Santos, B., ed. (2007) *Another Knowledge is Possible: Beyond Northern Epistemologies*. London-New York: Verso.

Nowotny, H., P. Scott, and M. Gibbons. (2001) *Re-Thinking Science: Knowledge and the Public in an Age of Uncertainty*. Oxford: Polity Press.

Nowotny, H. (2006) “The Potential of Transdisciplinarity”, <http://www.interdisciplines.org/>

Nowotny, H. (2010) “Out of science – out of sync?” Pp.319-322 in *World Social Science Report*. Paris: UNESCO.

Pollock, S. (2008) “Disciplines, Areas, Postdisciplines.” Paper presented at the Lisbon Conference on Curriculum Development in the Second Phase of the Bologna Process. Lisbon: Calouste Gulbenkian Foundation.

Royal Society (2011) *Knowledge, Networks and Nations: Global Scientific Collaboration in the 21st century*. London: Royal Society.

> Quando o Fim da Guerra não Significa Paz

Alice Szczepanikova, Colega de Pesquisa de Pós-Doutorado de Alexander von Humboldt, Instituto Goethe, Frankfurt am Main, Alemanha



| A violência continua na devastada Chechênia.

Luda Vladovskaja convidou-me para seu apartamento frio e escuro, no subúrbio de Viena. Após passar muitos e longos dias e noites nas celas e abrigos antiaéreos de Grozny, capital da Chechênia, ela pediu a seus filhos que encontrassem para ela um apartamento com janelas grandes. Conseguiu suas janelas, mas teve de lidar com um pátio sujo e estruturas rachadas, que permitiam a entrada de correntes de ar e tornavam o apartamento ainda mais frio. Ela divide

esse apartamento de dois dormitórios, acintosamente supervalorizado, com seu filho e seu marido. O casal foi forçado a deixar a Chechênia em 2008 e obteve asilo na Áustria. Seus dois filhos tiveram de fugir mais cedo, após caírem vítimas da detenção ilegal e da tortura. Sua história mostra que o fim da guerra na Chechênia não trouxe paz e estabilidade a seus cidadãos, e que a obtenção de asilo em um país europeu não garante a segurança e a vida sem medo. .

Já se passaram 17 anos desde o início da primeira Guerra Russo-Chechena, e 12 anos desde o início da segunda campanha. Em 2002, o fim da guerra foi proclamado pelo então presidente Vladimir Putin. Durante os dois anos seguintes, cidadãos russos – a maioria vinda da Chechênia – constituíram o maior grupo de solicitantes de asilo na Europa. A Áustria aceitou uma parcela significativa dessas solicitações. A Rússia ainda permanece entre os três

>>

principais países com solicitantes de asilo na União Européia. A despeito da crescente taxa de rejeição sofrida pelas pessoas vindas do Norte do Cáucaso em toda a Europa, elas continuam lutando para ingressar na Europa Ocidental.

Nos anos 2000, a administração do país foi passada para chechenos alinhados a Moscou, naquilo que foi apelidado de “Chechenização” do conflito. Esses líderes deveriam conduzir a campanha “antiterrorista” por si próprios. Recebendo forte auxílio de Moscou, os chechenos obtiveram uma gradual liberdade de ação para gerir o país. Assim, embora a Chechênia seja parte da Federação Russa, ela possui seu próprio sistema paralelo de códigos de procedimento criminal, com regras informais que desculpam a falsificação de evidências e a tortura. As autoridades locais detêm um modo peculiar de investigação de crimes. Inicialmente, elas identificam perpetradores potenciais, para somente depois coletar provas que os implicam no ato criminal. Essa prova é, frequentemente, rasa e baseada em testemunhos coletados mediante tortura. Mas no ambiente em que os maiores representantes do sistema de justiça criminal são leais ao regime pró-Moscou, trata-se de um modo eficiente para lidar com o acúmulo de casos e para garantir uma ascensão pessoal de carreira; tudo em nome da luta contra o “terrorismo islamita”. O filho de Luba, Mikhail Vladovskij, foi absolvido em

2005 após dois anos na cadeia. Ele foi aprisionado por supostamente explodir carros ocupados por membros das forças armadas. Teria cometido tais crimes com outro homem que, de fato, só conheceu durante sua detenção temporária no distrito policial em Grozny, onde ambos foram torturados. Dado o caráter típico do caso, a absolvição foi uma surpresa. Anna Politkovskaya e Natalia Estemirova, defensoras proeminentes dos Direitos Humanos (as duas seriam posteriormente assassinadas), redigiram artigos sobre a singularidade dessa decisão da Suprema Corte. O juiz simplesmente decidiu observar mais atentamente as evidências e o caso desmoronou. Conforme Mikhail se recuperava de seus vários ferimentos, ficava claro que ele e seu irmão, que também sofrera tortura para testemunhar contra o primeiro, teriam que deixar o país para evitar um novo aprisionamento. De fato, o escritório do Promotor apelou com sucesso contra a absolvição. Após a partida dos irmãos, Luba prosseguiu a tentar provar a inocência de Mikhail e a levar seus torturadores à justiça. Logo, essa atitude tornou-se perigosa. Ela teve de suportar inúmeras visitas das forças armadas à sua residência e foi alvejada por tiros vindos de um carro em trânsito. Notou que também chegara o momento dela partir. Depois de sobreviver às duas guerras na Chechênia, foi o processo de “normalização” sob as autoridades Chechenas que a fez deixar o país

definitivamente.

Logo que Luba se estabeleceu em sua nova casa, suas muitas doenças começaram a aparecer. Na Chechênia, ela simplesmente não podia lidar com elas. Despendeu um longo tempo em hospitais. Mas o medo dificilmente pode ser curado. Diz ela que esse medo está tão profundamente presente, que dele não consegue se livrar. Luba estremece até quando seu telefone toca. Teria ela um motivo para temer? Em 2009, Umar Israilov, um jovem checheno, para quem também foi concedido status de refugiado na Áustria, foi alvejado e morto em uma rua em plena luz do dia, em Viena. Ele acusou formalmente o governo russo de permitir execuções e a tortura de pessoas ilegalmente detidas na Chechênia, e apontou o envolvimento direto do atual presidente checheno, Ramzan Kadyrov, em tais práticas. Com assassinato de Israilov, não somente uma testemunha do tribunal foi eliminada, como uma lição muito eficaz foi dada aos refugiados chechenos. A desconfiança penetra as comunidades chechenas, seguindo a suspeita de que numerosos informantes do regime de Kadyrov operam na Europa. Os executores dos assassinatos foram sentenciados a penas severas na Áustria esse ano. A ligação com aqueles suspeitos de ordenar as execuções permanece sem comprovação. Uma vez que o patrono de Kadyrov, Vladimir Putin, fortalece-se para um outro período como presidente da Rússia, a impunidade na Chechênia tende a ser mantida. ■

> Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia: Declaração Final

Por Raquel Sosa Elízaga, Universidade Autônoma do México, Vice-Presidente da ISA para o Programa do Congresso de Yokohama, 2014



Estudantes chilenos fazendo seus protestos sentido no Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia, setembro, 2011.

O XXVIII Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia aconteceu de 6 a 10 de setembro em Recife, Brasil, 2011, atraindo 4.578 participantes e 9.716 estudantes inscritos, profissionais, pesquisadores e professores. Dezenas de professores, alunos e colegas da Universidade de Recife e de outras universidades brasileiras realizaram um extraordinário esforço coletivo para organizar sete palestras de abertura, nove sessões integrativas, 25 sessões temáticas, 52 mesas redondas e 30 grupos de trabalho. Foi uma comunidade vigorosa, ativa, crítica e engajada, composta

principalmente de jovens, que deram sentido aos nossos debates e buscas comuns, às questões que formulamos e os resultados de pesquisa que apresentamos em um dos mais intensos Congressos jamais experimentados por nossa Associação.

Nossa região é de contrastes. De um lado temos a trágica perda de 50 mil vítimas no México e a demanda urgente por justiça e um basta para o que agora pode ser chamado genocídio; a constante dor decorrente da destruição

>>

e da reconstrução lenta do Haiti; a ameaça de termos antigos perpetradores de genocídios se restabelecendo na Guatemala; novos tiranos substituindo a vontade de milhares de cidadãos em Honduras; a continuação do infame bloqueio econômico que tem ameaçado a liberdade do povo cubano nos últimos 50 anos; a existência de bases militares estrangeiras em Cuba, Colômbia e Porto Rico. Por outro lado, temos exemplos de como o nosso povo tem construído alternativas que demonstram que temos memória e força para superar as dificuldades que enfrentamos: Brasil, Equador, Bolívia, Venezuela, Uruguai, Paraguai, Argentina, Cuba é claro, e Peru mais recentemente, abriram uma fenda de esperança entre nosso povo, consciente dos graves problemas que perseguem o futuro de milhões de seres humanos em nossa grande região.



Paulo Henriques Martins, presidente eleito da Associação Latino-Americana de Sociologia no Congresso de Recife, setembro de 2011.

A América Latina é a região mais desigual do mundo. A violência tira a vida de mais de 140 mil seres humanos por ano; mais de 30% da população é atingida pela pobreza; mais de 8% é analfabeta. Nós não fizemos o suficiente para prevenir nossas universidades e instituições de ensino superior de estabelecerem-se em posições privilegiadas, enquanto milhares de seres humanos são incapazes de suprir suas necessidades básicas de sobrevivência. Além disso, nós não temos sido capazes de evitar que nossas

universidades se transformem -tanto gradualmente quanto abruptamente- em centros de especialização e profissionalismo onde estudantes e professores são afastados de seu entorno cultural, social e vida política, sem contar o contexto de grande fragilidade econômica.

No entanto, é encorajador ver que no Chile -o ponto de partida de políticas neoliberais em nossas universidades- um movimento libertário irrompeu em defesa do ensino público. Assim como no Chile, movimentos estudantis e de professores tem surgido no Uruguai, Bolívia, Brasil, Porto Rico em defesa da universidade pública. Muitos profissionais e cientistas sociais estão levantando suas vozes para exigir nossa soberania, nosso direito de decidir os assuntos de nossa vida pública, começando com a educação. Neste embate nós nos comprometemos a um pensamento crítico, nosso melhor legado para as gerações presentes e futuras. Saudamos, assim, a formação do Instituto Latino-Americano de Pesquisas (Institute of Latin American Inquiries) da Universidade Federal de Recife, que irá, sem dúvida, fazer importantes contribuições para debates regionais nas ciências sociais.

Aqueles de nós presentes afirmamos nosso compromisso em continuar o caminho definido por nossos colegas que fundaram esta associação: Ruy Mauro Marini, Octavio Ianni, Florestan Fernandes, Agustín Cueva, René Zavaleta, Eduardo Ruiz Contardo, Lucía Sala. Entre muitos outros, nós honramos suas memórias, bem como a de milhares de indivíduos corajosos que derrotaram o terror, que enfrentam o feminicídio, racismo, intolerância e genocídio em nossa América. Nosso povo enfrenta todos os tipos de adversidade que ameaçam sua dignidade para sobreviver com força e criatividade. É nosso papel contribuir com toda a nossa imaginação e inabalável vontade, para conquistar o espaço sonhado por Toussaint Louverture, Hidalgo e Morelos, Bolívar, Artigas, O'Higgins e San Martín, José Martí, Benito Juárez, Sandino, Farabundo Martí, Che Guevara, Salvador Allende. "Vida longa à Sociologia Latino-Americana! Viva a ALAS!"

A declaração final do Professor Elízaga para o Congresso da ALAS em Recife, foi adotada por unanimidade pela Assembléia Geral. ■

> Sociologia para Tempos Turbulentos: Falando para a Associação Europeia de Sociologia

Por Anália Torres, Universidade Técnica de Lisboa, Presidente da Associação Europeia de Sociologia, 2009-2011



Jennifer ou a rotação dos assistentes de voo - um desempenho dramático - por Carré Rouge Cie no Congresso da Associação Europeia de Sociologia, em Genebra, 9 de setembro de 2011. Foto por Sandro Cattacin.

Relações Sociais em Tempos Turbulentos, o tema da 10ª Conferência da Associação Europeia de Sociologia, realizada em Genebra, entre 07 e 10 de setembro de 2011, parece ter sido no alvo. Turbulência é de fato uma realidade cotidiana, especialmente desde o início de 2011.

Na Europa, a nível econômico, estamos enfrentando o que me atrevo chamar de uma guerra financeira. No século 20,

>>

tivemos duas guerras mundiais devastadoras e, em seguida, uma “fria”; no século 21, estamos enfrentando uma guerra econômica e financeira. A pressão dos mercados e agências financeiras se parece com uma invasão militar, tocando país após país, começando, naturalmente, com as economias mais frágeis e, atacando o euro. O domínio global neoliberal tende a invadir todas as esferas - dos mercados aos Estados, às universidades - submetendo-os à sua lógica. Ao mesmo tempo, o efeito da crise a nível social levou a contra-reações e protestos violentos. Tudo isso é agravado por uma incrível mistificação ideológica. Interesses privados são salvos com dinheiro público, enquanto a despesa pública é culpada pela crise!

Como chegamos aqui? A crise que estamos vivendo parece ser o resultado lógico de uma evolução previsível desde o início da década de 1980. Sociólogos europeus têm insistido por muito tempo sobre o impacto negativo dos principais desenvolvimentos políticos, econômicos e financeiros que nos trouxeram até aqui. Três tendências paralelas podem ser identificadas, por vezes entrelaçadas, e por vezes, convivendo em contradição e conflito.

A primeira tendência é a financeira e econômica. Finanças globais e sua extraordinária mobilidade combinam-se para ditar as políticas para as regiões e estados-nação. Nos últimos 20 anos, o poder das corporações multinacionais, com seu acesso a novos reservatórios de mão-de-obra barata colocaram pressão cada vez maior sobre os países europeus. Essa pressão levou a processos de fissão e desintegração durante toda a década de 1990. Ao mesmo tempo, a mobilidade do capital financeiro, tornou os Estados impotentes no controle e na regulação. A recessão econômica e a crise do Estado de bem-estar social estão entre as consequências desses processos. Para os sociólogos, não era difícil prever que confrontos poderiam surgir em condições de exclusão e privação econômica. Isso é exatamente o que estamos testemunhando: graves conflitos, protestos espontâneos e, até mesmo, violentos distúrbios.

Uma segunda tendência tem lugar a nível político. A criação da União Europeia já era um sinal das forças contraditórias de desintegração acima referidas. A UE representou um esforço significativo para construir um corpo de normas e instituições em defesa dos direitos humanos, lutando contra os nacionalismos, ou qualquer outro “ismo” ou ideia depreciativa de supremacia nacional. Ademais, essas normas políticas e esforços não foram alimentados por antigas tradições - religiosas ou outras -, mas foram as lições aprendidas durante a Segunda Guerra Mundial e durante o Holocausto. No entanto, desde a criação da União Europeia, a tendência que parece estar ganhando é a receita neoliberal de desregulamentação, que se tornou a força dominante sobre a Comissão Europeia. A coalizão de interesses, ideias políticas e concepções sociais que inspiraram os fundadores da União Europeia deixaram de existir.

A terceira tendência é a conexão entre a sociedade civil e as agendas sociais e políticas na Europa e no nível global. Estamos muito conscientes da ação civil e política contra cortes e desemprego, contra os empregos precários, contra as políticas de imigração em vigor, e contra a degradação do planeta. No entanto, é óbvio que há um grande desequilíbrio de poder entre os jogadores civis e corporações multinacionais. Não surpreendentemente, os protestos são muitas vezes mais explosões de raiva contra as desigualdades marcantes do que ações organizadas com objetivos claros. Eles nos lembram o período da industrialização precoce e a insurgência das “classes perigosas”.

Sociólogos e cientistas sociais tiveram um papel importante contribuindo para a construção das políticas públicas e do modelo social europeu. Mas precisamos de muito mais do que isso agora. É urgente que refinamos a nossa análise da crise atual, mapeando os domínios de nossa ignorância, e para dar apenas um exemplo, abrindo a caixa preta dos mercados financeiros. É urgente que divulguemos os nossos resultados e discutamos publicamente, denunciando o impacto negativo das escolhas e receitas neoliberais. É urgente que conectemos os nossos esforços europeus com os nossos colegas em todo o mundo, desenvolvendo os diagnósticos da Sociologia Global e utilizando as estratégias da Sociologia Pública como Michael Burawoy e outros da Associação Internacional de Sociologia vêm fazendo. ■

> Adeus, Deborah Olá, Mohammed

Deborah Kalekin termina seu mandato como editora fundadora da *International Sociology Review of Books (ISRB)*, e passa o bastão a seu sucessor Mohammed Bamyeh, no final de 2011. Suas importantes contribuições são celebradas numa entrevista por e-mail com Jennifer Platt, Vice-Presidente da ISA para Publicações.



Mohammed Bamyeh, o novo editor da *International Sociology Review of Books*.

Adeus Deborah...

JP: Como você veio a desenvolver a idéia da ISRB?

DK: A idéia de uma publicação da ISA dedicada a resenhas de livros foi iniciada por Susan McDaniel, Vice-Presidente para Publicações, logo antes de mim. Ela se inspirou para fazer a proposta pela *Contemporary Sociology* da ASA, uma das revistas mais populares da ASA. Naquele momento a *International Sociology* era publicada somente quatro vezes ao ano, e expandir a sessão de resenhas de livros (que você [JP] editou) para preencher duas outras edições por ano era justificável somente se elas pudessem fornecer informações que não fossem facilmente encontradas em outros lugares. Eu era então membro do Comitê de Publicações e, desde que eu me mostrei interessada, Susan me pediu para escrever uma proposta.

Escrevi então que “o início de uma revista da ISA dedicada às resenhas de publicações no campo é não menos do que uma tentativa de reavivar a imaginação sociológica [...] Apesar das dúvidas sobre os benefícios do avanço da globalização econômica, a sociologia como uma ciência deve ‘ser global’.

Como processos sociais podem ser explicados sob amplas e diferentes condições políticas, econômicas e históricas é, compreensivelmente, uma questão ardente teórica e prática num mundo onde a livre circulação de pessoas, mercadorias, e técnicas se tornou clichê. A revista proposta [...] implicitamente representará uma apreciação do fato de que hoje a disciplina está sendo enriquecida com idéias provenientes de colegas cuja expertise profissional é modelada por experiências distintas de sociedade. [...] Ela] irá prover um serviço essencial, oferecendo uma plataforma para coletar, ordenar, gerir, se não sistematizar variedades de pontos de vista sociológicos que comumente não seriam acessíveis.”

O planejamento começou com o nome. Eu esperava que chamá-la de *Review of Books* sugeriria uma postura adequada. O que emergiu – revisões, entrevistas, títulos de sessões de resenhas de livros que mudam mais ou menos de edição para edição – teve a ver com minha obsessão em combinar o tempero da variedade com um enquadramento disciplinar seguro. No meu entendimento a tarefa do editor é garantir que as publicações revisadas se relacionem, tanto quanto possível, com lugares fora do mundo anglo-saxão; e revisar publicações em outros idiomas além do inglês. Os textos das resenhas foram imaginados como oportunidades de resumir importantes tendências na sociologia a partir de diferentes pontos de vista. Meu plano era ter para cada edição três textos de resenhas: sobre obras clássicas, sobre publicações de metodologia, e sobre trabalhos em um dos subcampos da sociologia. Fiquei encantada em encontrar uma desculpa para incluir entrevistas porque eu adoro lê-las. Raciocinando que pessoas que lêem sociologia são provavelmente curiosas sobre como o trabalho veio a ser escrito, eu introduzi a sessão ‘Palavras dos escritores’. Outra decisão editorial foi permitir em vez de resenhas completas, algo em torno de 1.550 palavras, com ‘relances’ em publicações importantes que não poderiam ser revisadas inteiramente a tempo para uma edição específica.

JP: Você pode resumir o que a ISRB alcançou até agora?

DK: Embora os planos aspirassem a mais do que tem sido

>>

realizado até agora, a contribuição mais importante da ISRB é, do meu ponto de vista, que ela tem sensibilizado leitores para o amplo escopo de temas disciplinares e abordagens válidas que caracterizam a sociologia em todo o mundo hoje. Ela também forneceu uma plataforma para diferentes gerações de sociólogos; livros resenhados incluem volumes de jovens sociólogos, assim como de veteranos que escrevem clássicos contemporâneos. Também estou satisfeita que os revisores e escritores de textos de resenhas vêm de todos os continentes e, aliás, de todos os níveis da hierarquia acadêmica. Em certa medida a ISRB tem contribuído para quebrar a barreira do idioma. Tem havido realmente revisões de livros escritas em diversas línguas além do inglês e, com o tempo, eu era capaz de aceitar resenhas em outros idiomas que não o inglês.

JP: O que vê como principais destaques?

DK: Existem vários, em minha opinião. Acima de tudo, sou grata a todos que colaboraram com a ISRB, e fizeram possível preencher cada edição com uma rica coleção de reflexões sociológicas. As entrevistas são outro destaque. Devido às limitações de espaço eu tive antes que fazer perguntas esquemáticas. Mas cada um dos sociólogos com quem tive o prazer de conversar revelou aspectos da disciplina que não poderiam ser deduzidos somente a partir da leitura seus trabalhos. O ardor deles e seus pontos de vista geralmente acrescentam idéias surpreendentes às suas publicações. Eu também acho importante que a ISRB tenha publicado resenhas de livros de subcampos relativamente novos, mas também abriu espaço para trabalhos mais antigos que são relevantes.

JP: Como ela tem sido recebida?

DK: No atual clima de prestação de contas, a resposta profissional seria citar um fator de impacto. Felizmente, ou infelizmente, dependendo do seu ponto de vista, o fator de impacto não é calculado pra resenhas. A maioria é solicitada, quando necessário, resenhas são muitas vezes negociadas por consulta com o editor-revisor; e a arbitragem, exceto para textos de resenhas, não tem sentido. Então talvez possamos julgar pela posição da *International Sociology*. De acordo com as estatísticas do SAGE, seu fator de impacto tem aumentado de forma constante nos últimos cinco ou seis anos. Espera-se que a ISRB tenha feito alguma contribuição, ainda que oculta, para esse registro. Além disso, colegas comentaram favoravelmente, e eu gostaria de assumir que eles são sinceros.

JP: Onde você encontrou a maioria dos problemas?

DK: Numa troca de e-mails recente, Alan Sica, o editor da *Contemporary Sociology*, escreveu que todo mundo gosta de ler resenhas e que ninguém quer escrevê-las. Tomara que a primeira parte desta afirmação se aplique à ISRB, mas sem dúvida, a segunda parte o faz. O problema que

aflige um editor de uma publicação de resenhas é solicitar contribuições. Há um fluxo contínuo para o escritório, e um fluxo ainda mais persistente de notificações sobre livros que serão em breve publicados. Rever as listas de livros e descrições, a fim de escolher os mais relevantes para o nosso empreendimento é a parte divertida; então alguém tem que encontrar revisores. Em uma organização como a ISA, com seus quase 60 grupos de pesquisa, não é difícil encontrar os nomes das pessoas cuja opinião perita vale a pena ter. Mas convencer especialistas que é de seus interesses não somente ler um trabalho recém-publicado, mas também compartilhar as suas conclusões com colegas escrevendo uma resenha, isto é outra questão. Obviamente este é um problema que se resolve, mas é preocupante.

Outro problema que eu encontrei se refere ao conteúdo, e isso não foi resolvido para minha satisfação. Meu plano era incluir regularmente resenhas de materiais visuais de importância sociológica. De algum modo, a gama destes materiais e sua quantidade está progressivamente aumentando. Entretanto, ao longo dos anos de minha editoria, eu era capaz de solicitar apenas alguns artigos sobre filmes documentários socialmente significativos e vídeos de encontros com importantes sociólogos.

JP: Você tem alguma mensagem especial para o seu sucessor?

DK: Além de notar que para mim os anos desde que a ISRB fez sua estréia tem sido ao mesmo tempo uma aventura e uma experiência de aprendizagem fascinante, eu não ousaria! Eu me sinto honrada por estar entregando a editoria a um ilustre acadêmico, e desejo à Mohammed Bamyeh sucesso na perseguição do alcance da ISRB em todos os sentidos da palavra.

... Olá Mohammed

Mohammed Bamyeh, o novo editor da ISRB, é professor de sociologia da Universidade de Pittsburgh, EUA. Ele dedicou grande parte de sua carreira ao ensino e a pesquisa em estudos islâmicos, globalização política e cultural, a sociedade civil e movimentos sociais e teoria social comparativa e teoria política. Para mais detalhes acessem seu website: www.sociology.pitt.edu/faculty/index.php?q=mohammed-bamyeh/view

Ele está muito ansioso para continuar os passos de Deborah Kalekin, e contribuir ainda mais para promover o perfil único da ISRB. Ele convida potenciais avaliadores a tratarem de menos conhecidas, porém promissoras dimensões de investigação sociológica numa variedade de tradições mundiais, e coloca uma ênfase especial em materiais não disponíveis em inglês, ou de difícil acesso internacionalmente. Seu e-mail de contato: mab205@pitt.edu ■